

O feminino encarcerado: uma análise sobre as trajetórias de vida das reclusas brasileiras no Estabelecimento Prisional de Tires

Glaucia Lindoso Sarges

Orientadora: Prof^ª. Doutora Paula Campos Pinto

Coorientadora: Prof^ª. Catedrática Anália Torres



Dissertação para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Lisboa
2019

WWW.ISCSP.U LISBOA.PT

Folha de Rosto
(a constar na versão final após a prova pública)

***O feminino encarcerado: uma análise sobre as
trajetórias de vida das reclusas brasileiras no
Estabelecimento Prisional de Tires***

Glaucia Lindoso Sarges

Orientadora: Prof^ª. Doutora Paula Campos Pinto

Coorientadora: Prof^ª. Catedrática Anália Torres

Dissertação para obtenção de grau de Mestre
em Sociologia

Júri: Dr.^a Helena Sant'Ana, Dr.^a Paula Campos Pinto e Dr.^a Maria da Luz Ramos

Presidente:

- Doutora Helena Maurício Caneca Sant'Ana

Vogais:

- Doutora Maria Paula Pestana de Freitas da Silva Faria de Campos Pinto

- Doutora Maria da Luz Ramos

Lisboa
2019

Agradecimentos

Desafio tão grande quanto escrever esta dissertação, foi utilizar duas laudas para tecer agradecimentos às pessoas que - direta ou indiretamente - fizeram parte desta pesquisa. Pelo facto de serem muitas, gostaria de externar, na medida do possível, algumas considerações a respeito da minha trajetória em Portugal.

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me sustentado todo esse tempo em que estive fora do meu país e consequentemente longe da minha família, de modo que, sem o alento espiritual, nada disso seria possível.

Dedico este trabalho, especialmente, à minha mãe e rainha do meu ser, Cristina Pereira, e à minha amada irmã, Larissa Lima, afinal ambas têm sido o meu conforto e fortaleza ao longo destes dois anos e meio longe de casa, pois que, apesar do sofrimento causado pela distância física, ainda assim, tem me apoiado diuturnamente, convertendo o sonho de concluir este mestrado em realidade.

Deixo o meu agradecimento mais que especial para Ivan Pessoa, meu marido, amor da minha vida, amigo, confidente, testemunha e companheiro de toda uma jornada aqui em Lisboa. Recordo-me do poeta António Machado que dizia que para “*o caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar*”, e nós dois construímos esse caminho particular que levaremos para a vida como um demorado aprendizado. Sou grata por cada palavra dita, conselho, e principalmente, a motivação para continuar seguindo em frente mesmo com as dificuldades, sem que estas ofuscassem a esperança de concluir esta pesquisa.

Agradeço também ao apoio da família do meu esposo que, certamente é a minha família também: minha sogra Denise Sousa, meu sogro Humberto Pessoa e a minha cunhada, Flávia Pessoa. Em todo o percurso recebi conselhos, palavras de conforto e confiança, que muito me ajudaram nesta caminhada.

Após os agradecimentos aos meus familiares, não poderia deixar de agradecer as pessoas que foram determinantes nesta pesquisa:

À minha orientadora, Dra. Paula Campos Pinto, que, desde a primeira conversa sobre o meu projeto, depositou uma confiança admirável nesta pesquisa, facto este que me fez seguir em frente com firmeza e segurança. Sou grata a cada ensinamento, bem como às valiosas contribuições para o desenvolvimento deste trabalho. Deixo aqui, em tom de demorada estima, a minha gratidão.

Não posso deixar de agradecer à professora Catedrática Anália Torres, co-Sarges, 2019.
ISCSP/ULISBOA

orientadora desta dissertação, que muito me ajudou no prosseguimento desta pesquisa, além de suas valiosas lições em sala de aula.

Ademais, destaco os momentos decorridos em sala de aula, cujos seminários, diálogos e reflexões foram cruciais não apenas para o desenvolvimento desta pesquisa, mas para as inúmeras lições reportáveis à vida. Sendo assim, registro meus sinceros agradecimentos a todos os docentes que tive a oportunidade de conhecer em sala de aula.

Aos companheiros de turma, especialmente a Natália, André e Carlos, muito obrigada por estarem comigo nessa jornada.

Em todo o meu percurso no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, pude constatar que não poderia ter escolhido instituição melhor para fazer o mestrado, por isso não poderei deixar de agradecer aos funcionários da reprografia, biblioteca, administração do mestrado, assim como muitos outros que, de forma indirecta, também me ajudaram nesta caminhada. Meus sinceros agradecimentos a todos que são responsáveis por manter a qualidade nos serviços prestados.

Agradeço à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, especificamente o sector de Planeamento e Relações Externas pela autorização da pesquisa.

A todos os funcionários do Estabelecimento Prisional de Tires, especialmente à subdirectora do E.P, Dra. Conceição Vieira, figura ímpar e de uma bondade extraordinária, que muito me ajudou na concretização desta pesquisa. Um agradecimento mais que especial à Dra. Paula Ferreira, que não mediu esforços para me ajudar na recolha dos dados. Não hei de esquecer, por certo, a ajuda constante, as conversas, o café na cantina da prisão e, principalmente o incentivo por esta pesquisa.

A presente pesquisa fala sobre trajetórias de vida e, certamente, não poderei deixar de agradecer às protagonistas destas histórias: as reclusas brasileiras que estão em Tires. Agradeço por terem participado desta pesquisa, e, principalmente, por terem compartilhado as suas histórias, ora felizes, ora traumáticas, mas demasiado reais. As vozes destas mulheres ecoam na minha mente como um fantasma que precisa ser redimido e, para isso, recorro ao poder da escrita que, simultaneamente, conforta e liberta. Tentei de alguma forma tecer em palavras as histórias dessas mulheres, mas mal sabendo elas que eu também esboçava a minha própria trajetória de vida. Sou eternamente grata a estas mulheres, brasileiras como eu, que não desistem dos seus sonhos apesar das agruras da vida. Assim como Ulisses retorna à Ítaca, desejo que elas possam cumprir as suas respectivas trajetórias e voltar ao nosso adiável e igualmente quimérico país. Agradeço, por fim, a todos os que compreenderam e estimaram o meu silêncio enquanto labutava a cadência destas palavras.

“A prisão é uma realidade antes de ser um símbolo.”

Lionel Trilling

Resumo

O panorama criminal em Portugal tem sofrido muitas mudanças, decorrente tanto da transnacionalização do crime no contexto das sociedades globalizadas, como do aumento da participação de estrangeiras em práticas delituosas, sobretudo, as que envolvem tráfico de estupefacientes. Dentre estas, destacam-se as brasileiras, de cuja comunidade decorre tanto o maior contingente populacional estrangeiro em território português, e, extensivamente, o maior contingente carcerário. As razões de tal aumento levam-nos a uma reflexão, numa perspectiva abrangente, capaz de inserir tanto o tópico da criminalidade feminina, bem como uma análise de género que, tomando tais brasileiras por referência, avalie os seus respectivos papéis numa panorâmica ampla, voltada desde o passado até as perspectivas pós-confinamento. Tendo por base esses pressupostos, a presente dissertação tem como objetivo investigar as razões que levaram essas mulheres à consecução do ato delituoso, buscando compreender o crime desde a versão de suas respectivas protagonistas. Concomitantemente, ambicionou-se – a partir da escuta dessas mulheres – compreender as assimilações de papéis e os efeitos do encarceramento, para assim dimensionar os eventuais desdobramentos em âmbito familiar. Para isso, optou-se pela pesquisa de terreno no Estabelecimento Prisional de Tires, de maneira que os dados foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas com 20 mulheres de nacionalidade brasileira.

Ademais, questões como o da sobrecarga de papéis assumidos por mulheres que, vindas de relacionamentos conflituosos e abusivos, dobram a sua carga de trabalho para suprir a respectiva ausência paterna (o que as levam à sujeição aos maiores riscos); além da paulatina mudança na estrutura familiar desde o encarceramento, resultando assim na modalidade de novos arranjos familiares, na qual os avós eventualmente ocupam e suprem a ausência das mães, eis, com efeito, o que subjaz nos relatos das reclusas brasileiras, encarceradas no Estabelecimento Prisional de Tires.

Palavras-chave: Criminalidade feminina, Tráfico de estupefacientes, Reclusas brasileiras, Sociologia criminal, Criminologia.

Abstract

The criminal landscape in Portugal has undergone many changes, as a result of both the transnationalization of crime in the context of globalized societies and the increased participation of foreigners in criminal practices, especially those involving drug trafficking. Among these are the Brazilian ones, from whose community both the largest foreign population contingent in Portuguese territory derives, and, extensively, the largest prison contingent. The reasons for this increase lead us to a reflection, in a comprehensive perspective, capable of inserting both the topic of female crime, as well as a gender analysis that, taking such Brazilian women by reference, evaluates their respective roles in a broad, focused overview. from the past to the post-confinement perspective. Based on these assumptions, this dissertation aims to investigate the reasons that led these women to commit the criminal act, seeking to understand the crime since the version of their respective protagonists. At the same time, it was intended - from listening to these women - to understand the assimilation of roles and the effects of incarceration, so as to measure the possible unfolding in the family. For this, we opted for the land survey in the Prison of Tires, so that the data were collected through semi-structured interviews with 20 women of Brazilian nationality.

Moreover, issues such as the overload of roles assumed by women who, coming from conflicting and abusive relationships, double their workload to compensate for their paternal absence (which leads them to be subjected to greater risks); in addition to the gradual change in family structure since incarceration, resulting in the modality of new family arrangements, in which grandparents eventually occupy and supply the absence of mothers, this, in fact, underlies the reports of Brazilian prisoners, incarcerated in the establishment Prison of Tires.

Keywords: Female Crime, Drug Trafficking, Prisoners Brazilian, Criminal Sociology, Criminology.

ÍNDICE

Resumo	VI
Abstract	VII
Introdução.....	9
Capítulo I	12
1.1. O caráter interdisciplinar da criminologia.....	12
1.2. Revisão sistemática das escolas criminológicas	14
a.Criminologia clássica	14
b.Criminologia positivista.....	15
1.3. Perspectivas sociológicas sobre o crime	18
1.3.1. A Escola de Chicago e a Teoria do desvio cultural.....	20
1.3.2. Teoria da anomia: as primeiras leituras sociológicas sobre o crime	21
1.3.3. Teoria do interacionismo simbólico.....	22
1.4. Criminalidade feminina e a teoria dos papéis sociais	24
1.5. As Mulheres e a Prisão: nacionalidade e criminalidade.....	30
1.6. O Estabelecimento Prisional de Tires	34
Capítulo II.....	37
2.1. Fundamentação metodológica e objetivo do estudo	37
2.2. Seleção e caracterização da amostra	38
2.3. Instrumentos de recolha e análise dos dados.....	41
2.4. Limitações no percurso da investigação	42
Capítulo III	44
3.1. Discussão dos dados: <i>trajetórias de vida das reclusas brasileiras</i>	44
3.2. Trajetórias do passado: percurso de vida no Brasil.....	44
3.2.1. <i>Lares desfeitos</i> : abandono, abuso e violência doméstica	49
3.3. Trajetórias do presente: razões e motivações para o ingresso no tráfico internacional de drogas em Portugal	53
3.3.1.O cotidiano das reclusas brasileiras em Tires.....	59
3.3.2.Relatos de discriminação em contexto prisional	65
3.4.Trajetoórias do Futuro: perspectivas de uma vida fora da prisão.....	67
Conclusão.....	70
Referências bibliográficas.....	72
Anexo 1 – Questionário Sociodemográfico e Guião de entrevista.....	77
Anexo 2 – Declaração de consentimento	80
Anexo 3 – Autorização para pesquisa	81
Anexo 4 – Grelha de codificação	83
Anexo 5 – Nuvem de palavras (MaxQDA).....	87

Introdução

Apesar de regularmente confundidos como similares, o crime e o desvio são termos que implicam eventos sociais, cuja especificidade se dá a partir da lesividade. Desse modo, enquanto o crime pode ser considerado um prejuízo material contra a dignidade e a liberdade dos indivíduos (referente a atos lesivos com impactos cruciais para uma sociedade), o desvio é um ato delituoso que, característico do caráter transgressivo dos indivíduos contra as normas estabelecidas, insinua muito mais as inadequações de uma parcela expressiva da sociedade, que propriamente o seu caráter atavicamente arcaico ou violento.

Feitas estas breves considerações é que nos propomos a dimensionar tanto o aumento da participação de estrangeiras nas práticas delituosas, que, desde as últimas décadas têm se confirmado com os índices de reclusas estrangeiras nos estabelecimentos prisionais portugueses, bem como a participação de brasileiras no crime de tráfico de drogas internacional com franca atuação no território português. Segundo o último dado da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP, 2017), o número de reclusas estrangeiras em Portugal tem crescido ao longo dos anos, não obstante se considera o quão difícil é precisar se existe alguma associação entre *imigração* e criminalidade. Apesar da ressalva, existem teses que defendam a relação entre imigração e crime, entretanto, a questão ainda carece de aprofundamentos já que muitas reclusas brasileiras, que estão a cumprir pena nas prisões portuguesas, não chegam a ser imigrantes, pois cometem o crime quando estão em trânsito no país como *correio de drogas*, de modo que não possuem a residência oficial em Portugal (Guia, 2010a, 2014b).

Ressalva-se que a modalidade do tráfico de drogas não tem sido de exclusividade das reclusas brasileiras, o que leva-nos, apesar disso, a uma reflexão a respeito da paulatina inserção da mulher na vida criminosa, avaliando-a a partir da especificidade de uma análise de género que, dimensionado os papéis sociais assumidos por aquelas, se nos apresentem razões suficientes para a sujeição aos riscos de encarceramento em contexto estrangeiro. Em razão disso, cabe-nos a seguinte questão: *De que forma as trajetórias de vida das reclusas brasileiras podem ser compreendidas a partir de uma perspectiva de género, mais especificamente afeito à noção de papéis sociais? Assumindo-os a partir de condições familiares e profissionais específicas, quais as eventuais circunstâncias que as levam ao tráfico internacional de drogas?*

Em âmbito mais específico se sabe que o estudo da criminalidade feminina cumpre um duplo papel: a) *contraria a posição clássica, desde Lombroso(1923), segundo a qual existe uma pré-disposição caracterológica ao crime, sendo a transgressão tomada numa perspectiva genérica e majoritariamente masculina*; b) *minimiza a idílica ou imaculada posição da mulher no espectro da transgressão, tornando-a passível de cometer e reparar seus crimes*. Ademais, a criminalidade feminina tem sido negligenciada nos estudos referentes à criminologia, cujo objeto é consagradamente masculino. As perspectivas feministas na criminologia surgem a partir da constatação de que há uma carência nos estudos tradicionais sobre a mulher, e também, ao claro reducionismo biopsicológico manifesto nas primeiras tentativas de estudar a mulher delinquente. Apesar destes recentes estudos, sobretudo, de orientação feminista, em que as abordagens contribuem para *dar voz* também às reclusas, não se observou no estado da arte, análises pontuais sobre o encarceramento de estrangeiras, especificamente as brasileiras. Por conseguinte, se pode observar que os estudos oriundos da perspectiva feminista e sociológica têm fomentado uma re-contextualização do percurso biográfico das mulheres transgressoras, ressaltando-se um traço constante em suas trajetórias, a saber: a marca da reclusão, além de baixa escolaridade; hipossuficiência material e relacionamentos afetivos abusivos e violentos que, extremados em atos de agressão, separação e eventual acúmulo de papéis (que leva a mulher a assumir a posição simultânea de “pai” e mãe), levam-nas a maior exposição aos riscos.

Tais especificidades próprias do universo feminino - já anteriormente insinuadas - (reclusão e abandono, condições sociais degradadas, históricos de agressões, elos familiares desfeitos etc.) têm ressignificado as noções de família nuclear no contexto social brasileiro, com franca consequência no que diz respeito à posição ocupada pela mulher que, vivente de dramas particulares específicos, tenta conciliar as exigências profissionais com as demandas maternas. Deste modo, inserindo-se a mulher no espectro da transgressão - realçando-se a condição de estrangeira - cabe investigar nesta pesquisa, as relações familiares e seus eventuais impactos nas trajetórias das reclusas brasileiras, destacando as novas assimilações de papéis e os efeitos do encarceramento. Para atingir tal objetivo, ressalta-se a importância da recolha de informações pautando-se na escuta por meio de entrevistas, com o intuito de compreender a panorâmica criminal a partir da perspectiva destas mulheres.

Embora seja um fenómeno ainda pouco estudado no âmbito sociológico, no primeiro capítulo será apresentada uma revisão sistemática das escolas criminológicas até os estudos a respeito da criminalidade feminina, particularmente no âmbito prisional. No segundo capítulo será apresentada a perspectiva metodológica da investigação, com vistas à

Sarges, 2019.

ISCSP/ULISBOA

apresentação dos instrumentos e métodos utilizados, caracterização da amostra e as limitações no percurso da pesquisa. O terceiro capítulo irá versar sobre a análise dos resultados obtidos a partir das entrevistas. E, posteriormente, as considerações finais assente sobre as discussões dos resultados e as intenções para uma eventual investigação futura.

Capítulo I

1.1. O caráter interdisciplinar da criminologia

Em sua raiz etimológica, a palavra ‘crime’ (do latim *crimen*; *cernere*) tem uma dupla acepção, ora como substantivo: *ofensa* e *acusação*, ora como verbo: *decidir*, *separar* e *julgar*. Apesar de distintas, em termos antropológicos, se há algo que assemelham as sociedades é a capacidade de discernir um ato delituoso de um ato virtuoso, no mais das vezes em decorrência das bonificações e prejuízos que actos dessa espécie desencadeiam.

Ademais, as sociedades distinguem determinados padrões com o propósito de definir e sancionar o comportamento dos indivíduos, discernindo o ato que ofende o outro, do ato que corresponde às expectativas normativas, de modo que tal distinção diz respeito a um apelo relativamente inconsciente: a manutenção do equilíbrio coletivo que, quando vacilante, compromete a sobrevivência da própria sociedade. Ora, mas o que é o crime? Pode-se defini-lo como um ato lesivo que, ainda que cometido contra um único indivíduo, mobiliza e impacta a vida social, sendo *crime* a conduta inconformista que viola a lei e *desvio* a inconformidade a um conjunto de normas aceites em sociedade (Giddens, 2001:205). O mesmo ato não suscita em toda a parte a mesma sanção, ou seja, a lei não o pune de maneira idêntica, obedecendo assim à noção de que, para cada sociedade e seu conjunto disponível de bens e valores, há crimes e castigos diferentes.

No começo, especulava-se que a ocorrência do crime estava iminentemente relacionada com a interferência de fatores sobrenaturais sobre os indivíduos, sendo por isso considerado um fenómeno relativamente accidental e inusitado. Contudo, é exatamente no período da antiguidade que surgiram questionamentos sobre possíveis fatores intrínsecos ao indivíduo que poderiam explicar a propensão para o crime. Segundo Pereira (2007), as análises se empenhavam em buscar um nexos racional para o comportamento criminoso, ora incidindo sobre os traços de carácter moralmente repugnáveis (compreendidos como desvios das normas), ora a partir da semiologia de causas internas próprias à constituição biopsicológica; causas que acompanham a paulatina desvinculação das ciências médicas de fontes filosóficas anteriores¹.

¹ No século II d.C, adaptando a concepção fisiológica da teoria hipocrática dos humores (ou seja, dos fluxos corporais – sangue, fleuma, bílis amarela, bílis negra) aos estados psicológicos (sanguíneo, sereno fleumático, colérico e melancólico), em ‘*De symptomatum causis*’, Galeno de Pérgamo empreende uma pioneira tripartição

É na tensão de inúmeras definições e especulações sobre a motivação do ato lesivo, que o conceito de crime ganha relativa autonomia como um objeto de estudo científico; tensão que acompanha e faz eco dos processos e paradigmas vigentes. Por conseguinte, em meados do século XIX, iniciam-se as primeiras abordagens científicas, enquadradas por um ramo de investigação promissor, a saber: a *criminologia*², isto é, a ciência que estuda o crime. Porém, cabe alguns esclarecimentos quanto à natureza da próprio significado do que vem a ser a criminologia, de modo que *o estudo do crime* pode ser considerado como uma definição demasiado ampla, por vezes até difícil de elucidar. Deste modo, afirma-se que a criminologia é, por essência, uma disciplina interdisciplinar, que, por conseguinte, é definível no plural, e não numa única definição que a reduza (Faria, 2014:10).

Esta ciência se formou, paulatinamente, como resultado da tentativa de deslocar a compreensão do crime de interpretações jurídicas, econômicas e psicológicas, transformando-a em um campo específico de análise³, com franca interdisciplinaridade. Dentre as inúmeras vertentes que a compõem (jurídica, econômica, psicológica, etc), nosso enfoque tem como prioridade a vertente da sociologia criminal. Um dos motivos desta escolha corresponde ao facto de que as descobertas (fomentadas pelas perspectivas sociológicas) possuem a capacidade de englobar vários aspectos do fenómeno, que não se restringe à vinculação do crime às suas causas em consequente nexos de causalidades, mas sim em uma ampla problematização da própria ordem social, que o antecede e o abrange, ora como fonte da trajetória experiencial do sujeito, ora como espaço de relações simbólicas. Entretanto, antes de aprofundarmos as especificidades do comportamento desviante à luz da sociologia do crime,

das funções hegemônicas da mente: imaginação, razão e memória, alocando-a no cérebro. Nesta concepção, a saúde (mental, inclusive) é compreendida como o equilíbrio (*eukrasia*) entre os humores, e a enfermidade, o predomínio de um sobre o outro (*dyskrasia*). A teoria fisiológica dos humores perdurou nos estudos psíquicos até o século XVII, mais especificamente com a descoberta da circulação sanguínea com Harvey, que, dando ao sangue um protagonismo biológico-emocional, submeteu os outros restantes a meros metabolitos sem ação causal. Liberto do fundo fisiológico-humoral que a envolvia, a psicologia ganhou autonomia decisiva entre os séculos XVIII e XIX, consagrando-se os estudos de John Grey, para quem determinadas perturbações mentais decorreriam de fatores físicos, bem como os primeiros estudos sintomatológicos sobre a esquizofrenia com Kraepelin; breve trajetória de um tema que, constante ao longo da formação da psicologia, diz muito como determinados problemas mentais e determinados desvios (criminais, inclusive) foram considerados no decurso histórico. (Pereira, 2007: 391)

² Outros autores opõem-se a esta ideia de que Lombroso é o “pai” da criminologia, pois há referências que constataam que outras escolas e autores já tinham estudado o fenómeno do crime. É o caso do antropólogo Topinard que, em 1879, pela primeira vez empregou a palavra *criminologia*, sendo que Garofalo, seguidor de Lombroso, utilizou em 1885 o termo como título de uma obra científica (Shecaria, 2008:82-83).

³ Ressalta-se que apesar de seu caráter interdisciplinar, o estudo da criminologia não implica um mero acervo de conclusões de outras ciências sobre o crime. Segundo Faria (2014), a criminologia apresenta-se como uma ciência autónoma e unitária, pois está assente na recolha e tratamento de dados abastecido pelas demais ciências. Portanto, a integração é obtida pela investigação interdisciplinar e por uma multidisciplinariedade coordenada.

convém de antemão elencar – de modo breve – as principais escolas criminológicas, com o intuito de situarmos as teorias referentes à criminalidade feminina.

1.2. Revisão sistemática das escolas criminológicas

A criminologia remonta aos primeiros esforços de compreensão do crime como ato lesivo; compreensão que parte, pioneiramente, desde o código de Hamurabi (1790 a.C) até às teorias mais recentes. Deste modo, é preciso ressaltar que o objetivo desta dissertação não é conduzir o leitor a um manual de criminologia, mas sim, analisar as fissuras e os lapsos de correntes criminológicas no tocante ao estudo da criminalidade feminina.

a. Criminologia Clássica

Segundo Machado (2008), o paradigma filosófico e científico (vigente no século XVIII) consolidou-se na Europa como um conjunto teórico voltado ao racionalismo e ao saber empírico, em notório contraponto ao modelo teológico anteriormente radicado na Idade Média. Diferentemente do medievo, a modernidade representou uma ruptura decisiva nas análises outrora subsidiadas pelos critérios insondáveis da fé, convertendo-as em fontes de especulação contrastantes com a infalibilidade teológica. Em razão disso, eis que surgiram (ressignificados) novos modelos de compreensão sobre o homem, a sociedade e o exercício do poder, de maneira que o recurso à objetividade, à experiência, à racionalidade suplantou aquilo que, anteriormente, era domínio de investigação teológica. Em âmbito ético e interpessoal, a descoberta de povos até então desconhecidos (por meio das navegações), bem como a paulatina incorporação jurídica da dignidade humana (como qualidade inalienável da pessoa enquanto portadora de direitos) elevaram o paradigma moderno a um patamar histórico decisivo, cujos êxitos se refletiriam igualmente em campos como os da criminologia.

Nesta seara específica, filósofos como: Montesquieu, Voltaire e Rousseau, passaram a repensar a natureza do crime, desdobrando-o não a partir de motivações espirituais⁴ ou por desvios acidentais (corrente desde meados da antiguidade e sua teoria

⁴ Carvalho (2015) afirma que a vinculação do crime às causas divinas (demoníacas, inclusive) advém de um processo penal comum na Idade Média, a saber: a tradição inquisitorial de suplícios e de expiações, ora justificados em nome da expiação. Esta fase de penas severas iniciou-se com o Concílio de Verona (1184) e Latrão (1215), ganhando subsistência com as Bulas Papais de Gregório IX (1232) e Inocêncio IV (1252). Entretanto, foi a partir do florescimento do humanismo que as reformas da cultural medieval revelaram uma incompatibilidade nos métodos utilizados, ou seja, as técnicas de busca pela verdade com o uso de intervenções

humoral), mas a partir das respostas (não menos problemáticas) dos indivíduos aos seus ambientes sociais. Apesar do tom pretensioso, podemos resumir seus respectivos propósitos como um esforço de vinculação entre as sociedades (como corruptora do estado de natureza) e as práticas de seus indivíduos, compreensão que, caracterizada pela moderação própria do humanismo, concebe uma justa proporção entre os delitos e as penas. Aliás, a justa proporção entre ambos é, com efeito, a própria expressão do exercício da razão (*ratio*) como proporcionalidade e equilíbrio (Faria, 2014:28).

Deste modo, o crime passa a ser compreendido como um ato individual, decorrente de uma vontade livre (fator de divergência com a criminologia positivista, que ao contrário, identificava como causa do crime os aspectos naturais ou biológicos), que se guia pelo princípio de obtenção máxima do prazer em detrimento da dor, cuja maximização tende a constriar e a minar outros indivíduos igualmente livres.

b. Criminologia positivista

Em França, por volta de 1827, deu-se início a publicações anuais de estatísticas criminais que revelaram aumentos nos índices de criminalidade. Tal episódio desencadeou um questionamento a respeito da tese da criminologia clássica (*o ato criminal resulta de uma livre vontade*), constatando que, ao contrário do que os teóricos contratualistas previam, o crime apresentaria uma variável parcialmente irracional. Afirma Machado (2008) que, no século XIX, vários condicionamentos sociais e históricos vão proporcionar o nascimento do *positivismo criminológico*⁵, sendo que a tese principal desta escola se baseia nos postulados que divergem da teoria proposta pelos humanistas, a saber: negação parcial da liberdade e crença no *determinismo*, previsibilidade dos fenómenos humanos, defesa da neutralidade axiológica, bem como separação entre a ciência e a moral. Por conseguinte, o espírito positivista consiste na ideia de que para se chegar na certeza e precisão dos factos, deve-se priorizar as leis empíricas com apurada metodologia, sobrepondo-se assim premissas mais marcadamente científicas às especulações filosóficas.

corporais foram questionadas pelos defensores da teoria humanista no intuito de superar a crença teológica, além da tentativa de sobreposição da razão com a finalidade reformular a estrutura jurídico-penal.

⁵ De acordo com Machado (2008), neste período de acelerada urbanização, expansão demográfica e industrialização, o clima social, político e intelectual do estudo do crime alterou-se radicalmente, assistindo-se a uma falência das expectativas criadas pelas reformas penais avançadas desde o Iluminismo, em parte porque o visível aumento da criminalidade levou ao questionamento mais intenso sobre a natureza e causas do crime.

A autora também afirma que os manuais de criminologia fazem referência especial à tríade que constitui os mais destacados representantes da Escola Positivista italiana, sendo eles: Lombroso, que privilegiava mais o fator biológico nas suas pesquisas, Ferri, que elegeu os condicionalismos sociológicos desde uma perspectiva determinista, e Garófalo, que priorizou os aspectos psicológicos nos estudos sobre os perfis criminais. De entre os três, interessam-nos especialmente os trabalhos desenvolvidos por Cesare Lombroso, pois foi exatamente em suas obras que os estudos sobre a criminalidade feminina surgiram de maneira mais específica.

Por meio dos primeiros estudos lombrosianos, manifesta-se a teoria que empreende uma associação entre os traços físicos disformes e a tendência para cometer atos ilícitos. Todavia, este estudo empírico foi possível através de autópsias feitas em criminosos, no qual foi possível encontrar uma variável constante de má formações congênitas nos crânios, especificamente na terceira fosseta médio-occipital⁶.

Destaca-se que a famigerada hipótese do *criminoso nato* constituiria a análise de um indivíduo caracterizável por determinados padrões atávicos⁷. Além dos estudos sobre o homem delinquente, Lombroso também dedicou-se ao estudo da mulher criminosa, e em vista disso, é que surgem os primeiros estudos sobre a criminalidade feminina. A obra *La donna delinquente* (1923) foi escrita por Lombroso e Guglielmo Ferrero. Ressalta-se que os estudos sobre os crimes cometidos pelas mulheres ganham visibilidade com esta obra, porém, as classificações apresentadas são entendidas como epifenômenos de disposições biológicas que suprimem a influência dos fatores externos, condicionando-as retroativamente.

Destaca-se, ademais, que – sob efeito destes estudos – a criminologia passou a superestimar a delinquência masculina, apesar das mesmas conclusões sobre o atavismo como um fenômeno extensivo às mulheres; o que, em função da pequena porcentagem de delitos cometidos em relação aos homens, tenha levado a um eventual desinteresse pelo estudo sobre a criminalidade feminina. No contexto destes nascentes estudos sobre uma pretensa

⁶ O osso occipital está localizado na região posterior e média do crânio, formando a base desde a parte posterior da calota craniana. Segundo Pires (2003) a substância cinzenta que reveste a superfície dos hemisférios cerebrais constitui o córtex cerebral que está dividido em dois hemisférios: o esquerdo e o direito, ligados pelo corpo caloso, sendo que cada hemisfério apresenta quatro lobos: frontal, parietal, temporal e occipital, constituídos por circunvoluções.

⁷ As ideias de Lombroso foram, parcialmente, influenciadas por Lamarck e Charles Darwin. O primeiro afirma que caracteres adquiridos em função da necessidade do meio são transmitidos invariavelmente aos descendentes, sendo esta, a base para o pensamento evolucionista de Lombroso, ainda que em sentido inverso. Na perspectiva lombrosiana, o crime podia ter causas primitivas, à maneira de uma involução. A influência da obra *A origem das espécies*, de Charles Darwin, também foi determinante na teoria lombrosiana, sobretudo, pela adaptação da observação empírica em análise aos traços físicos de criminoso, tomados como atávicos (Shecaira, 2008:91).

criminalidade atávica, a figura da mulher era subjugada ao imaginário do espaço privado ou doméstico, sendo a sua mais clara expressão contraposta, e, logo escandalosa, constante na alcunha de ‘pública’. Confinada aos deveres matrimoniais e a um lar respectivo, a mulher não ocupava relativo destaque, tornando-se ‘pública’ tão logo transgredisse as normas vigentes. Vale destacar que a sub-representação da mulher no mundo do crime, não deve ser entendida apenas como uma ausência desta no que diz respeito a atos lesivos, mas sim, como efeito de uma redoma de invisibilidade que, cercando o próprio feminino, resultou no desinteresse pelo estudo.

A mulher ofensora, que passa a ser pesquisada pela criminologia positivista como figura secundária - a partir do destaque de especificidades biológicas e patologizantes contrastantes à normalidade masculina - acabou reforçando vários estereótipos de *submissão e passividade*, afinal era vista como coadjuvante no mundo do crime. Em outras palavras, mesmo na seara criminal, o espaço do homem ainda é privilegiado, lacuna que – dada a paulatina inserção da mulher na vida criminoso – tem exigido relativa atenção. Segundo Lombroso & Ferrero (1923):

“Tale è in complesso la fisionomia morale della criminale-nata, che mostra cioè una tendenza fortissima a confondersi col tipo maschile. Quell’ atavica diminuzione dei caratteri sessuali secondari, che notammo già nell’antropologia, ritroviamo ora nella psicologia della donna criminale, che per l’erotismo eccessivo, la debole maternità, il piacere della vita dissipata, l’intelligenza, l’audacia, il predominio sugli esseri deboli e suggestionabili, talora anche per la forza muscolare, il gusto degli esercizi violenti, dei vizi e fin degli abiti, riproduce a vicenda ora l’uno, ora l’altro dei tratti maschili. A questi caratteri virili vengono ad aggiungersi spesso le qualità peggiori della psicologia femminile: esageratissima l’inclinazione alla vendetta, l’astuzia, la crudeltà, la passione pel vestiario, la menzogna, formando così frequentemente dei tipi d’una malvagità che sembra toccare l’estremo (Lombroso & Ferrero, 1923, p.467).”⁸

Tal como os autores italianos, Pollak (1950) assume uma perspectiva semelhante aos estudos positivistas sobre a criminalidade feminina ao afirmar que os crimes praticados pelas mulheres possuem uma tipificação específica. Na visão deste autor, os delitos praticados

⁸ “Essa é, em geral, a fisionomia moral da criminoso-nata, que mostra uma forte tendência a ser confundida com o tipo masculino. Essa diminuição atávica das características sexuais secundárias, que já notamos na antropologia, encontra-se agora na psicologia da mulher criminoso, que - devido ao excesso de erotismo, à maternidade débil, ao prazer da vida dissipada, à inteligência, à audácia, ao domínio sobre os seres fracos e suggestionáveis, às vezes também devido à força muscular, o gosto de exercícios violentos, vícios e indumentárias – reproduzem episodicamente ou um ou outro traço masculino. A essas características masculinizantes são frequentemente acrescentadas as piores qualidades da psicologia feminina: a inclinação para a vingança, a astúcia, a crueldade, a paixão por roupas, a mentira, formando tão frequentemente os tipos de uma maldade que parece se tornar cada vez mais extrema (tradução nossa).”

por mulheres seriam mais facilmente dissimulados em comparação com os homens, pois estas possuem uma suposta “habilidade” para falsear os próprios atos desviantes, facto este que ocorre devido às suas alterações hormonais e características biológicas tipicamente femininas, além de que muito raramente os delitos cometidos por essas mulheres são relatados aos órgãos de controle social, de maneira que o fundamento advém de uma suposta indulgência paternalista por parte dos agentes.

Deste modo, enquanto perspectiva centrada na vinculação entre o protagonismo criminoso e o sexo masculino, as teorias desenvolvidas em meados do século XX migram e ampliam o enfoque biológico para o sociológico, mas conservam a mesma invisibilidade entre a criminalidade e a mulher (Matos,2006:73). Entretanto, apesar das ligeiras mudanças, identificar as motivações que levam determinados indivíduos a praticar actos lesivos (a despeito das particularidades biológicos e géneros respectivos) não tem sido uma tarefa fácil, sobretudo, quando a resposta para esta indagação tem sido diversificada e geralmente pouco consensual.

1.3. Perspectivas sociológicas sobre o crime

Tomando com referência as análises sociológicas é que se pode avaliar os conceitos de *crime*, *norma*, *desvio* sem se reportar a causas localizadamente biológicas, económicas ou jurídicas; deslocando-as desde a implicação decisiva entre as influências que ora o meio exerce sobre o indivíduo delituoso, ora que o indivíduo exerce sobre o meio. Sem privilegiar uma única causa em detrimento das demais, mas também sem desmerecê-las, o olhar sociológico sobre o ato lesivo se volta àquilo que, numa perspectiva social ou interativa nos faz compreender o crime desde o desvio cotidiano; lança luz sobre o aparentemente oculto recuando às suas estruturas.

Se, como referido anteriormente, o crime é um ato lesivo que, ainda que cometido contra um único indivíduo, mobiliza e impacta a vida social, se pode concluir que só há crime onde há sociedade e só há sociedade onde as relações entre os indivíduos extrapolam seus meros interesses pessoais. Por conseguinte, em razão do impacto de suas consequências, o crime é muito mais lesivo para a sociedade do que um mero acto desviante praticado por um indivíduo, de modo que a distância do primeiro para um desvio qualquer é determinado pelos efeitos desencadeados sobre a própria estrutura. Sá (2001) afirma que *desviar*, nesses termos, significa transgredir a uma norma, cujo zelo mantém coesa a estrutura de uma sociedade, e *cometer um crime* significa desacomodar essa mesma estrutura.

Se parássemos para indagar qualquer pessoa sobre a noção que esta tem sobre o sentido da palavra *desvio*, certamente, muitas a confundiriam com o sentido ordinário de *crime*, tomando-as como equivalentes. Apesar da grande maioria ter uma vaga ideia do que seria propriamente o desvio, ainda assim, é difícil defini-lo o que se deve à diversidade de fenômenos que podem integrar esta categoria, a saber: transgressões relativamente ordinárias, com baixa lesividade, haja vista, a formação de *gangs*, práticas administrativas como suborno e corrupção.

Segundo Sá (2001), o comportamento desviante está associado com a frequência com que ocorre, portanto, não é um comportamento habitual e, quando este passa a ser habitual põe em causa a norma que o tornava desviante. Desta maneira, o desvio é dissonante com as reais expectativas da sociedade, logo, é percebido de modo negativo. Muitos são os questionamentos sobre a problemática do desvio, no entanto, esta questão tem sido de grande interesse para a teoria sociológica, que entende o comportamento desviante como uma inadequação do indivíduo às normas vigentes. Dessa forma, o olhar sociológico é direcionado às possíveis razões que leva um indivíduo a praticar (ou não) atos considerados socialmente como desviantes, cuja especificidade pode ser compreendida de acordo com a lesividade (Sá, 2001:41).

Historicamente, a sociologia analisa o *desvio* a partir de inúmeras interpretações, porém apenas algumas delas serão abordadas, a saber: *teoria do desvio cultural*; *teoria da anomia*; *teoria do interacionismo simbólico*. Cada uma dessas teorias possui metodologias específicas nas suas abordagens de análise e, independentemente, de pertencerem a diferentes tradições sociológicas, cada uma destas sustenta a mesma tese de que: o desviante não é definido por determinadas características biológicas ou psíquicas, e sim pelo facto de estar inserido numa certa estrutura social, na qual interage e que, por conseguinte, interfere no seu comportamento.

1.3.1. A Escola de Chicago e a Teoria do Desvio Cultural

Em meados do século XX, surge a Escola de Chicago⁹ como um divisor de águas para a sociologia do crime, especificamente no que se refere aos estudos sobre crime e delinquência juvenil, trazendo à tona uma visão macrosociológica sobre o problema da desviância, com o entendimento de que não são as pessoas em si que produzem ambientes degradados, muito pelo contrário, são os padrões culturais que, operando através delas, afetam os processos sociais. Vale destacar que o surgimento desta escola ocorre num período de intensa industrialização, período em que há uma grande expansão das cidades¹⁰, e como consequência disso, alterações de ordem econômica, social, demográfica e espacial. Este conjunto de mudanças revelaram uma complexidade nos processos de mobilidade e estratificação social, bem como diversificação cultural, predominância de relações sociais secundárias¹¹ e consequente quebra de solidariedade.

Com base nas análises sobre as novas configurações do espaço urbano e a sua relação com a criminalidade, é que as obras oriundas da Escola de Chicago passaram a ser referência nos estudos sobre a criminalidade, com destaque para dois grandes teóricos: Robert Park (teoria da ecologia humana) e Ernest Burgess (teoria das zonas concêntricas). O sociólogo Robert Park é conhecido como o fundador da Escola de Chicago e criador da teoria da ecologia humana¹², além de ter sido o pioneiro em métodos de observação participante em contexto urbano e industrial. Resumidamente, esta teoria entende o crime como algo não

⁹ Chicago foi uma das três grandes cidades americanas - juntamente com Nova Iorque e Filadélfia - que, na segunda metade do século XIX, sofreu mais o processo de urbanização acelerada e foi a que mais recebeu imigrantes, avultando-se a sua importância econômica graças ao seu vasto centro industrial e comercial. Paralelamente a esta expansão econômica e demográfica, cresceu significativamente a criminalidade, suscitando uma política de repressão policial (Freitas *citado por* Machado, 2008:82).

¹⁰ Segundo Machado (2008), com a expansão das cidades houve inúmeras alterações das formas tradicionais de controle social, resignificando os papéis antes reservados, incontestavelmente, a instituições com franca influência grupal, como a igreja, a família e a escola, que detinham um expressivo papel disciplinar. Entretanto, os seus mecanismos de controle social (pautados no exercício do dever e das virtudes confessionais) foram modificados ou mesmo fragilizados à medida que novos fluxos e mobilidades foram ocupando as cidades, de modo a ceder espaço às prescrições impessoais centradas na obediência jurídica e funcional.

¹¹ Segundo Pierson (1977), as relações sociais secundárias podem ser associadas ao sentimento de indiferença entre os indivíduos, onde o contato é impessoal, anônimo e calculado, ou seja, os indivíduos não tendem a se identificar uns com os outros nem compartilhar experiências com os demais.

¹² A ecologia chamada social ou humana - ou seja, a sociologia ecológica - não deve ser confundida ou comparada com exatidão à ecologia vegetal ou à ecologia animal. O homem, como reconhecem os principais sociólogos e ecologistas da escola de Chicago, é capaz de agir em plano mais alto de comportamento que o animal no seu processo de adaptação (FREYRE, 2009: 318).

necessariamente determinado pelas pessoas, mas sim pelo *grupo* a que pertencem¹³, ponderando que o comportamento humano é de algum modo, modelado e limitado pelas condições sociais que se apresentam no meio físico e social. Cumpre destacar um ponto importante sobre a teoria da ecologia humana: a ideia de que a organização da vida animal poderia servir como uma analogia à vida humana. Tal similitude fez com que Robert Park recorresse a conceitos próprios das ciências naturais como *simbiose, invasão, dominação e sucessão*, na tentativa de demonstrar que a vida coletiva é um processo adaptativo contínuo, baseado na interação entre meio ambiente, população e organização.

1.3.2. Teoria da Anomia: as primeiras leituras sociológicas sobre o crime

Segundo Baratta (2013), a teoria estrutural-funcionalista do desvio tem como base as obras clássicas de Émile Durkheim, de modo que, alguns conceitos importantes como *anomia*¹⁴, foram incorporados nos estudos de Robert Merton. Este modelo teórico representa uma virada sociológica na criminologia contemporânea que desponta na origem de uma profunda revisão crítica da criminologia de orientação biológica e caracteológica. O *desvio*, a partir da teoria estrutural-funcionalista, é definido como um fenômeno normal da estrutura social, de maneira que somente quando ultrapassados determinados limites é que será considerado como negativo e, como consequência deste processo, surge a situação de anomia que só ocorre quando desestabiliza o desenvolvimento da estrutura social. Por outro lado, o comportamento desviante, que se circunscreve dentro dos limites funcionais, é um factor necessário e útil para o equilíbrio e o desenvolvimento sociocultural, pois que exige respostas sociais (dos poderes instituídos, inclusive) capazes de reabsorvê-lo. Portanto, o delito faz parte enquanto elemento funcional da fisiologia, e não da patologia da vida social, indicando os excessos de vitalidade ávidos por reintegração na ordem correspondente.

Robert Merton, seguidor do legado durkheimiano, estabeleceu uma releitura da teoria funcionalista da anomia que, a princípio, representa uma etapa essencial no caminho percorrido pela sociologia criminal. A premissa desenvolvida por Merton *citado por*

¹³ Freyre (2009) ao citar Park, reafirma a ideia de que o centro da sociologia é o grupo, e com ele vêm os processos pelos quais os indivíduos fisicamente separados em espaços e vivendo biologicamente vidas separadas se combinam para formar unidades maiores, ou seja, sociedades.

¹⁴ O conceito de anomia de Merton aproxima-se expressamente da ideia durkheimiana de ausência de normas, acentuando a ideia de insegurança e incerteza nas relações sociais ou ruptura da estrutura cultural. O grau de anomia de um sistema social mede-se pela extensão, caracterizada pela ausência de consenso sobre as normas julgadas legítimas, com a consequente insegurança e incerteza nas relações sociais (Machado, 2008:74).

Gonçalves (2000) baseia-se na interpretação do desvio como um produto da estrutura social, tão ordinariamente constante quanto o comportamento afeito às regras. Apesar de socialmente presentes em qualquer contexto em que hajam normas, o que diferencia o indivíduo desviante do homem comum é que, segundo Merton, o primeiro se caracteriza por certo distanciamento e inaceitação das prescrições vigentes, fenômeno que revela (apesar de seu caráter particularmente individual) as fissuras da estrutura como um todo; estrutura que, aos olhos do segundo, é coesa, homogênea e harmônica. Recuando às diferenças entre o indivíduo delituoso e o homem comum se pode avaliar que, ainda que protagonista de atos lesivos, a prática criminosa do primeiro revela muito mais as contradições e impasses de uma parcela expressiva da sociedade do que poderia crer e suportar a vida cotidiana desse último.

1.3.3. Teoria do Interacionismo Simbólico

No começo da década de 60 surgiu uma outra teoria, a chamada *segunda Escola de Chicago* com autores que se enquadravam num outro modelo teórico denominado de *interacionismo simbólico*¹⁵, são eles: Howard Becker, Edwin Lemert, Erving Goffman, K. Erikson entre outros. Estes autores dedicaram parte de seus trabalhos ao estudo do *desvio*, criando a chamada *teoria da rotulagem*, na qual o comportamento humano é tomado como uma ação dinâmica em que, através de interações sociais, há trocas recíprocas. Mediante esses significados atribuídos reciprocamente, em que atos e comportamentos são modulados, a forma como os outros *rotulam* o ato (a prostituição, por exemplo) acaba por se tornar a causa da introversão dos papéis correspondentes.

Segundo Gonçalves (2000), o desvio é produto dessa interação simbólica, em que um indivíduo interpreta e define um ato, e - por consequência o seu autor como desviante ou não - de acordo com os seus referentes e normas sociais. A lógica da teoria é aquela segundo a qual: quem rotula são os grupos que detêm ativamente a moral convencional (juízes, polícia, médicos e agentes de controle social em geral) e, do outro lado, os passivamente *rotulados* (criminosos, prostitutas, drogados, doentes mentais etc.) e, como consequência disto, surge uma divisão social entre estas duas grandes categorias que tende a perpetuar-se e a criar um mecanismo simbólico de controle social. Por exemplo, se por acaso ocorre algum caso de

¹⁵ Faz-se necessário uma distinção das contribuições teóricas a respeito do paradigma da reação social que assume três direções da sociologia contemporânea: o *interacionismo simbólico*, de H. Becker, E. Goffman, J. Kitsuse, E.M. Lemert, E.M. Schur, F. Sack; a *fenomenologia e a etnometodologia* representados por P. Berger e T. Luckmann, A. Cicourel, H. Garfinkel, P. McHugh, T.J. Scheff, e a *sociologia do conflito*, de G.B. Vold, A.T. Turk, R. Quinney, K.F. Schumann (Baratta, 2013:92).

furto numa secção de escritório, o indivíduo sobre quem cai a maior dose de suspeita é o que já teve alguma prisão anterior ou que já teve internado no hospital de saúde mental, ou aquele que já passou por alguma reabilitação, isto é, aquele que já passou por um processo de *exclusão de tratamento* em virtude de ter cometido uma primeira infração ou desvio à norma.

O interacionismo concentra a atenção sobre esse jogo complexo que envolve desígnios morais, rotulagens, controles sociais e ações coletivas. Aplicada ao fenômeno do desvio, esta perspectiva não está apenas atenta aos atores sociais rotulados de desviantes, mas também àqueles que em geral são esquecidos na análise do desvio: os promotores da lei, magistrados, policiais, pais, professores e todos aqueles que asseguram a eficácia do controle social (Machado, 2008:96).

Destacam-se, de modo breve, algumas considerações sobre os principais autores e seus conceitos fundamentais sobre a teoria da rotulagem. O primeiro é o sociólogo Howard Becker, autor da obra *Outsiders* (1963), que efetuou as análises dos fenômenos sociais diretamente em pesquisas de terreno. A partir deste estudo empírico, Becker(2008) concebe a noção do desvio como uma consequência das reações dos outros ao ato de uma pessoa, de modo que os investigadores não podem pressupor que o desvio se trata de uma categoria homogênea, já que o processo de designação não é necessariamente infalível (há indivíduos que transgridem, mas não recebem o rótulo de desviante).

Portanto, o desvio é considerado uma propriedade, não do próprio comportamento, mas sim fruto da interação entre a pessoa que comete o ato e as que reagem a esse ato. Da mesma forma, Erving Goffman contribuiu para a teoria da rotulagem, sobretudo, ao proceder a partir de uma observação de cunho microssociológico de instituições totais (prisões, hospitais, quartel etc.) e das interações sociais que envolvem os indivíduos estigmatizados nestes lugares.

A partir da noção de *estigma*, Goffman(1987) analisa as interações entre os rotulados e os normais, no qual os primeiros procuram de toda a forma escamotear o seu estigma ou envolver-se num jogo interativo em que procuram corresponder às expectativas dos outros (Machado,2008:98). Constata-se que não se pode compreender a criminalidade se não houver uma compreensão da ação do sistema penal que a define e também reage contra ela. Isto vai desde as normas abstratas até a ação das instâncias oficiais (estabelecimentos prisionais, polícia e juízes). É por isso que o *status* social do desviante pressupõe o efeito das atividades dessa instância de controle social da delinquência, enquanto não adquire esse *status* aquele que, apesar de ter realizado o mesmo comportamento punível, não é alcançado, todavia, pela ação das instâncias (Baratta, 2013:86).

1.4. Criminalidade Feminina e a teoria dos papéis sociais

*Uma mulher é sempre variável e mutável
(Virgílio)*

Se pararmos para refletir sobre os princípios mais importantes e elementares da vida social, certamente que o *gênero* está entre elas. Tal conceito não se restringe apenas a um viés biológico (e suas especificidades hormonais) entre homens e mulheres, mas abrange sob vários pontos de vista social, cultural e psicológico, as particularidades que a compõem. Seja no âmbito do trabalho, educação, religião, artes, e as inúmeras áreas que são objeto da sociologia, todas lidam direta ou indiretamente com o elemento ‘gênero’ e, em razão disso, podem estudá-lo sob várias perspectivas. Segundo Schouten (2011), a *sociologia do gênero* surge como um estudo das relações existentes entre os homens e as mulheres na sociedade, priorizando o contexto histórico que está na base dessa relação. Destaca-se a importância de compreender as diferentes significações históricas no tocante ao *lugar* da mulher na sociedade, pois são nessas minúcias (próprias de sua posição como figura primária ou secundária ao masculino) que a realidade social pode ser compreendida desde um prisma mais amplo.

A sociologia do gênero tem uma existência recente, tendo em vista o facto de que os seus estudos mais pontuais consolidam-se apenas partir da década de 70 do século XX. Antes disso, reinava a concepção androcêntrica na sociedade com franco reflexo, inclusive, no âmbito científico. Afirma Schouten (2011) que o facto dos investigadores, em sua grande maioria serem homens, acabou por influenciar as opções das pesquisas e também das possibilidades de contato com a realidade empírica, dificultando as possibilidades de criação de um ramo de investigação genuinamente feminino.

Ocorre que, por muito tempo, as mulheres foram relegadas ao espaço da invisibilidade e conseqüente silêncio, ou melhor, eram consideradas a *outra*¹⁶, aquela figura complementar, submissa ao masculino que pertencia ao grupo dos detentores de “pouco poder”, o que se designa na antropologia como *muted culture*. Recordamos da fala de Perrot (2005) sobre essa *zona muda* que por muito tempo foi o lugar da mulher, visto que a invisibilidade e o silêncio eram ao mesmo tempo efeito de uma organização social majoritariamente masculina (na qual os homens ocupavam lugares expressivos de destaque),

¹⁶ Referência à obra *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir.

bem como uma espécie de disciplina retroactiva, a partir da qual a mulher se encaminhava (sem suspeitar da sua condição) aos papéis fixos e determinados da estrutura familiar, dos modos de ser e se portar, das regras impostas pelas normas e padrões.

Com o passar do tempo, este cenário de subjugação sofre inúmeras transformações graças às iniciativas feministas, com destaque para a inserção das obras de Simone de Beauvoir no espaço das ciências sociais e humanas o que, na perspectiva de estudos voltados ao até então oculto e relegado, colocou a mulher no centro das investigações na medida que apresentou críticas fundamentais ao tratamento dispensado à mulher na sociedade. Passou-se então a conferir especial atenção às lacunas, às omissões existentes em fonte consideradas convencionais, realçando-se que conteúdos velados e inconscientes contribuíram para inviabilizar e a moldar o papel secundário das mulheres em determinados contextos sociais (Priore, 2004:142).

De acordo com Harding (1993), a produção de conhecimento a partir de uma posição privilegiada, influenciou a construção de um saber parcial e perverso, que reproduzia valores e interesses de uma parcela da sociedade, ao mesmo tempo que provocava a invisibilidade das mulheres, ocultando-as como sujeitos de investigação científica. Tal premissa consegue resumir a batalha enfrentada pelas teóricas da criminalidade feminina em contraposição aos preceitos (majoritários e imperiosos) da articulação da criminologia tradicional com a credibilidade científica. Por certo, se reportar à criminalidade feminina é, simultaneamente, reconhecer a importância da particularidade do *género* na vida em sociedade, inclusive, relacionando-o com as questões específicas dos atos desviantes, bem como investigá-lo nas suas diferenças¹⁷.

As teorias sobre a criminalidade feminina permaneceram alheias a esta inflexão, ou seja, em termos neo-lombrosianos perdurou - durante décadas - a ideia que as bases fisiológicas e psicológicas, a saber: desregulamento hormonal, síndromes pré-menstruais (para crimes violentos) ou desvios sexuais (para prostituição), complexos, neuroses e manias, estariam na origem dos motivos que levariam as mulheres a delinquir. Somente a partir dos anos trinta, estas perspectivas começam a encontrar eco em responsáveis pelas políticas penitenciárias em países da Europa e nos Estados Unidos e, nas décadas seguintes, produziram efeitos nas práticas prisionais, quer pelo aumento do pessoal médico e introdução

¹⁷ Ora, tendo isso em vista é que se lança as seguintes questões: *de que forma a mulher assimila a prisão, bem como o delito que a diferencia dos homens? Existem particularidades no encarceramento de homens e mulheres capazes de marcar-lhes diferenças exclusivas e pontuais?* Esboçar uma resposta a estas questões é esboçar uma reflexão sobre o feminino encarcerado, ou seja, como o modo que a mulher dimensiona não apenas o próprio ato desviante, mas a própria experiência prisional.

de toda uma gama de especialistas psiquiátricos e psicológicos, quer pela inteira orientação terapêutica do regime - e consequente alteração linguística na hierarquia do quadro de pessoas envolvidas no estabelecimento prisional e no próprio vocabulário: “quartos” substitui-se a “celas”, “residente” a “reclusa”, “comunidade terapêutica” a “prisão” (Dobash e Guteridg, 1986 citado por Cunha, 1994:62).

A partir do que foi dito sobre a importância do estudo sociológico sobre o género, assim como a inserção dos estudos feministas na tentativa de dar visibilidade à mulher, se pode constatar que as abordagens de carácter androcêntrico (vigentes nas teorias criminológicas tradicionais sobre o comportamento delituoso da mulher) distorciam qualquer esforço de compreensão deste fenómeno, de maneira que não havia uma diferenciação de género, mas sim um deslocamento absoluto e sem especificações do comportamento masculino como parâmetro da questão criminal¹⁸. Foi, portanto, através do desenvolvimento das teorias feministas que surgiu o debate da posição da mulher nos estudos da criminologia sem a mácula tendenciosa ou biologicamente sorrateira que a condicionava, além do facto de contestar as teorias com base no reducionismo biológico patente nas primeiras tentativas de estudar as ofensoras (Matos & Machado, 2007:34).

Dos contributos inestimáveis para o estudo do crime no feminino, destacam-se as obras *Sisters in crime: the rise of the new female criminal* (1975) de Freda Adler e *Women and crime* (1975) de Rita James Simon. Embora as obras possuam abordagens diferentes sobre o crime, ambas evidenciaram as inúmeras alterações no comportamento das mulheres ao longo do tempo, bem como a crescente ruptura dos papéis tradicionais femininos. Resumidamente, a obra de Freda Adler sustenta a tese de que as mulheres sofreram inúmeras mudanças no ato de relacionar-se socialmente, pois seriam meras coadjuvantes em comparação aos modelos masculinos, entretanto, isso se modifica à medida que a mulher se distancia da esfera privada e assume o espaço público, resultando assim em relativa desvinculação do papel secundário anteriormente ocupado. Por outro lado, Rita Simon analisou o aumento da criminalidade feminina e abordou algumas causas que estariam por detrás deste fenómeno, destacando-se a tese da inserção das mulheres em postos de trabalho, cuja consequência se deu com uma ressignificação da díade espaço doméstico/ espaço público

¹⁸ De facto, as teorias produzidas consistiam em análises generalistas, supostamente aplicáveis indistintamente aos dois sexos, não esquecendo que estas foram marcadas pelo reducionismo psicológico e biológico. Machado (2008) afirma que em decorrência disto, a irrelevância estatística da prática de crime por parte das mulheres e a sua diminuta taxa de reincidência criminal contribuíram para que, durante muito tempo, o crime cometido por estas fosse negligenciado.

que, ampliando as suas interações, as levaram às maiores ofertas financeiramente lícitas e ilícitas (Vold *et al.* citado por Machado, 2008:102).

Segundo Matos & Machado (2012), estas teorias não entraram em consenso entre as demais autoras feministas, aliás, o que se percebe são tentativas graduais de consolidar uma teoria que fosse fiel às especificidades *da mulher enquanto mulher*. As obras supracitadas foram criticadas porque negligenciaram as forças materiais e estruturais que moldam a vida desde um ponto de vista primário, além de menosprezar a especificidade das experiências genuinamente femininas, resultando assim ora em um avanço no tocante às investigações sociológicas e criminológicas usuais, ora em um embaraço conceitual passível de reformulação.

No anseio de neutralizar tais embaraços, dando maior amplitude às experiências específicas de mulheres reais, Carol Smart escreve a obra: *Women, crime and criminology* (1976), cujo enfoque volta-se para a controvertida relação entre gênero e crime¹⁹. Acrescenta-se que, com a expansão do significado do feminismo (devido aos movimentos de libertação), começou a surgir uma multiplicidade de preocupações epistemológicas que resultaram em perspectivas feministas com um teor mais crítico sobre a invisibilidade da mulher na criminologia tradicional. É neste cenário que surge a defesa de Carol Smart, para quem o discurso epistemológico do feminismo deveria criar meios de se dissociar da criminologia e fomentar um campo de investigação alternativo, pois na sua visão, as análises sobre gênero e criminalidade ainda mantêm uma comprometedora limitação epistêmica de raiz positivista (Smart, 1990-1996 citada por Matos, 2006:143).

Ao longo de vinte e cinco anos após a publicação das obras de Carol Smart, são realizadas várias investigações em áreas de cruzamento entre gênero e criminalidade, numa clara perspectiva de não apenas tomar a mulher como vítima, mas de ampliar o foco e percebê-la como protagonista, inclusive, como agente racional, responsável por seus delitos. Este tipo de análise decorre da tentativa de neutralizar as visões estereotipadas da mulher como agente irracional, francamente sugestionável (heterodeterminada)²⁰, isto é, tida como passiva e pré-determinada biologicamente (Matos, 2006:152).

¹⁹ Segundo Baratta (1999), foi a partir dos anos setenta que a posição desigual da mulher no direito penal passou a ser objeto de crescente atenção por parte da criminologia clássica. Em poucos anos, as criminólogas feministas produziram uma vasta literatura sobre a condição da mulher. Destaca-se as contribuições de Sandra Harding, que teceu consideráveis críticas sobre a visão androcêntrica da criminologia clássica.

²⁰ O termo *herodeterminação* refere-se à mulheres que não agem por impulso próprio e, em consequência disso, cometem crimes influenciadas por alguém em posição de dominância, geralmente por figuras masculinas.

Vale lembrar que estes novos estudos sobre a criminalidade feminina foram realizados na década de oitenta e noventa, de maneira que podem ser divididos em duas categorias de estudo, a saber: *mulher e o crime*; *mulher e justiça*. Segundo Heidensohn & Silvestri (2012), o primeiro grupo refere-se às investigações sobre o género e a participação das mulheres na atividade criminal com base nas suas próprias perspectivas sobre o crime, ou seja, numa concepção mais fenomenológica, em que estas dão sentido aos próprios atos cometidos. Destaca-se neste primeiro grupo as suas diferentes inserções e protagonismo em atos desviantes, como tráfico de drogas e consumo, prática de violência em *gangs* e prostituição.²¹ O segundo grupo faz referência às experiências das mulheres no sistema judiciário, sobretudo, na forma como são percebidas pelos agentes de justiça, o que, a partir das investigações desenvolvidas pela socióloga Carlen (1987), passou a enfatizar a escuta destas em contexto prisional. Destaca-se que esta perspectiva tem como objetivo relacionar as questões de género e as transgressões na trajetória de vida das mulheres, marcando assim novas abordagens aos estudos desta natureza.

Assim sendo, inúmeras autoras feministas deram voz a estas mulheres duplamente invisibilizadas tanto pelo meio, como pela criminologia clássica, levando - a partir pesquisas interaccionistas - a compreensões mais detalhadas sobre a vida criminosa desde um ponto de vista feminino. De modo característico e pioneiro, tais métodos de investigação elegeram como modelo o uso das autobiografias e as etnometodologias, mais especificamente com abordagens, *em que não se pretendiam compreender as diferenças da mulher relativamente ao homem, mas sim possibilitar que as mulheres se fizessem ouvir, no intuito de exteriorizar as suas experiências enquanto mulher, e assim ajudar outras mulheres a formulá-las e reformulá-las* (Cain, 1996, citado por Matos & Machado, 2004:315).

A desigualdade de género no sistema criminal também foi alvo de análise de autoras feministas. Machado (2008) afirma que a variação das sentenças em função do género da arguida parece depender das expectativas culturais dominantes, isto é, quanto mais a conduta se revela distante do que é socialmente esperado, maior será a severidade da pena atribuída. Por exemplo, as sentenças dirigidas às mulheres tendem a variar de acordo com a diversidade das situações familiares, na medida em que os papéis sociais femininos estão

²¹ Tráfico e consumo de drogas (e.g., Mahler, 1997); prática de violência em gangs (e.g., Campbell, 1984; Chesney-Lind, 1993; cit in Miller, 2001); prostituição (e.g., Phoenix, 2000). Referência à obra *Vidas Raras de mulheres comuns: percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas* (2006), da autora Raquel Matos.

predominantemente associados à esfera privada. Com relação a isso, há estudos²² que afirmam que, em âmbito de decisão judicial, as mulheres que são mães tendem a receber penas mais severas que as mulheres que não são²³, de modo que, como consequência disso, as mulheres já julgadas (em contexto de cárcere e que são mães) podem ser duplamente penalizadas pelo sistema judiciário (justamente pelo papel de mãe comprometido), fenómeno que aponta para a compreensão do papel da mulher em dado contexto social.

As ofensoras são duplamente punidas, pois, agem em contradição com as expectativas sociais de género, ou, como afirma Cunha (1994), subjacente à ideia de uma mulher *duplamente* desviante, é possível encontrar uma visão destoante à noção corrente do feminino, baseada numa percepção da mulher *recatada, casta, doméstica e maternal* em claro contraste à mulher que, *frequentadora da esfera pública, devassa, indiferente às responsabilidades familiares e domésticas*, tende a converter suas falhas em prejuízo social. Ressalta-se que esta dupla condenação acirra-se ainda mais na experiência dessas mulheres em contexto prisional, facto que será melhor desenvolvido no capítulo sobre as reclusas brasileiras no Estabelecimento Prisional de Tires.

Em razão disso, as diferenças de socialização em termos de género tendem a predispor as mulheres a uma maior conformidade às normas sociais e maior distanciamento em relação a comportamentos delituosos, ou seja, em clara aceitação dos padrões vigentes.

Da mesma forma, as mulheres parecem estar mais sujeitas a processos de controle social e de vigilância informal, que parecem afastá-las com mais frequência de comportamentos desviantes, cuja contrariedade parece colocá-las numa posição publicamente expiável e demonizada (Vold *et al* citado por Machado, 2008:105).

Em contexto mais específico, a socióloga Julita Lemgruber na obra *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres* (1999), retrata bem a questão dos *papéis sociais* como fator explicativo das causas do baixo encarceramento das mulheres brasileiras em relação aos homens, assim como a tipologia dos actos desviantes e crimes que são cometidos, bem como as suas diferentes formas de participação. As diferenças de comportamento, segundo a autora, devem-se principalmente à formação social das mulheres

²² Um desses estudos foram desenvolvidos pela socióloga Pat Carlen, no artigo *Women and punishment: the struggle for justice* (2002).

²³ As diferenças de comportamento entre mulheres e homens em relação ao ato desviante e ao crime são atualmente explicadas em termos de um sistema de patriarcado, que institui uma divisão e estratificação de papéis sociais e de hierarquias, na qual os ambos são codificados de acordo com expectativas prévias antepostas ao masculino e ao feminino.

ao longo da história²⁴ que, ao contrário dos homens, foram socializadas para assumir uma posição relativamente fixa correspondente ao esperado. Deste modo, a teoria dos papéis torna-se um elemento necessário na análise da criminalidade, pois o enfoque da contextualização e historicidade do comportamento feminino, e, claro, as expectativas prévias depositadas, é que vão demonstrar as formas de controle impessoal que, atuando sobre a mulher, as condicionam simbolicamente.

1.5. As Mulheres e a Prisão: nacionalidade e criminalidade

Há uma série de razões que nos levam a crer que a prisão foi criada para supliciar, sobretudo, os homens transgressores, de tal sorte que metonimicamente se pode afirmar que a prisão é masculina. Prova disso é o percurso histórico desta instituição remontado por Michel Foucault (1987) que, ao descrever os corpos supliciados como objeto passivo da pena, menciona especificamente os homens como modelo de expiação, logo, reservando-lhes um espaço no protagonismo do *nascimento das prisões*, seja na implementação do castigo pelo carrasco, seja pelo caráter fisicamente ostensivo das punições.

Os estudos sociológicos da prisão têm-se desenvolvido de modo intensivo, face à evidência social e política do crescimento das prisões. Deste modo, é possível distinguir as principais temáticas abordadas ao nível de estudos prisionais na área sociológica, são eles: as *relações prisionais*, isto é, as interações nos grupos de reclusos e dos reclusos com outros atores sociais inseridos no contexto prisional, tema este muito abordado pelo sociólogo Gresham Sykes; outra temática seria as *identidades e as práticas dos reclusos*, nomeadamente a transformação dos processos identitários ao longo da pena, destaca-se os trabalhos de Erving Goffman; e por último, as *relações com o mundo exterior*, as instâncias de regulação superiores e parceiros dos estabelecimentos prisionais e de bens e serviços no interior e exterior da prisão (Machado, 2008:115).

²⁴ Tendo em vista que a presente dissertação tem como objetivo estabelecer uma trajetória das mulheres brasileiras em situação de cárcere, cabe neste sentido, uma breve referência à formação social da mulher na sociedade brasileira no período colonial. A tendência das mulheres no Brasil, neste período, era o de criaturas alienadas ao espaço público, de modo que eram impossibilitadas de expressar as suas ideias e opiniões, e de muito menos dispor de uma participação ativa na sociedade. Em uma sociedade patriarcal, em que a constituição das famílias era determinada pela aceitação e consentimento do pai, que entregava simbolicamente as mãos de sua filha ao futuro marido, o papel das mulheres era relativamente secundário, e, portanto, duplamente submissa tanto à figura paterna, como ao marido. Apesar do processo de industrialização e consequente metropolização de algumas capitais brasileiras, muito das aparentemente superadas práticas coloniais (como a da salvaguarda e transferência simbólica das mãos da filha ao futuro marido, intermediada pelo pai) ainda vigoram no Brasil em cidades relativamente rurais.

Nesses termos, a reclusão representaria um intervalo na vida dos indivíduos, e vivida como tal, ensejaria uma suspensão abrupta do percurso biográfico, desencadeando assim: “*a fragmentação no tempo, associada à descontinuidade no espaço*” (Cunha, 1994:8). Na área das ciências sociais, o corpo principal da literatura sobre as prisões constituiu-se nos E.U.A, e nele é clara a preocupação de informar e acionar decisões quanto à administração das políticas penitenciárias. Tais pesquisas centraram-se, sobretudo a partir dos anos quarenta, referindo-se aos modos de adaptação dos delinquentes à prisão (Cunha, 1994:99). Trabalhos como o de Donald Clemmer²⁵, que se debruça sobre o conceito de *comunidade prisional*, onde são construídos um modo de vida específico com princípios de códigos sociais entre os reclusos, isto é, uma cultura da prisão.

Na bibliografia sobre as prisões femininas perpassam as mesmas orientações teóricas, mas revela-se uma realidade geralmente diversa. Carlen (1983) afirma que historicamente o Estado assume uma atitude penalizadora em relação à mulher ofensora, pois reforça que seus actos não estão de acordo com o ideal de *feminilidade* em termos familiares, um exemplo desta atitude seria a aplicação penal dos agentes da justiça - ora representantes do Estado - aos comportamentos criminais das reclusas, ou seja, as mulheres que tem filhos tendem a ser mais penalizadas que aquelas que não tem. Segundo Matos (2006), a lei tende a ser mais severa quer quando as mulheres que a transgridem não são controladas informalmente, quer quando não exercem as tarefas esperadas no âmbito familiar.

Cunha (1994) afirma que a literatura sociológica e antropológica sobre as prisões de mulheres desenvolveu-se a partir da teoria construída nos estabelecimentos prisionais masculinos, de modo que as abordagens da questão feminina nas prisões foram marcadas por um forte enfoque comparativo, tendo por eixo referencial os homens encarcerados. Pelo anteriormente observado, se pode constatar que os estabelecimentos prisionais portugueses foram constituídos essencialmente para homens, de modo que eram poucos adaptados às necessidades das mulheres. Somente com o surgimento do Decreto-Lei nº 265/79 de 1º Agosto é que foram estabelecidas regras especiais para o tratamento de reclusas em Portugal.²⁶ Um exemplo disto é o Estabelecimento Prisional de Tires, que terá um enfoque maior no último capítulo.

²⁵ Outros trabalhos como SYKES e MESSINGER, 1960; WHELLER, 1961; STREET, 1965; CRESSEY, 1961, retomam a teoria da prisionização, mas com várias perspectiva de esmiuçar os códigos prisionais (gírias que possuem um valor “normativo”) que são criados pelos reclusos, ou seja, uma perspectiva centrada no conceito de *cultura penitenciária*. Além de análises referentes ao grau de prisionização adquirido na duração da pena.

²⁶ Destaca-se que a administração das políticas penitenciárias no contexto europeu acompanha um embate filosófico, religioso e político de relevância histórica decisiva, mais especificamente, entre os modelos de Sarges, 2019.

Os dados estatísticos fornecidos pela Direção Geral de Serviços Prisionais (2017) traduzem que houve, nos últimos anos, um crescimento exponencial da população de reclusas nos estabelecimentos prisionais de Portugal. No que se refere a estes dados, calcula-se que existiam 627 mulheres presas (5,4%) em 2010, porém, em 2017, este número subiu para 871 (6,3%) - contra 12.878 homens reclusos -, de modo que tais dados revelam um aumento de 28% de mulheres reclusas.²⁷ Já as *mulheres estrangeiras* presas em Portugal representavam 26,6% do total de reclusas, enquanto que a média europeia era de 20,4%²⁸. Segundo Machado (2008), tanto Portugal como Espanha são atualmente os países com maior porcentagem de mulheres reclusas, sendo que em ambos os países, no ano de 2002, as mulheres correspondiam a cerca de 8% da população prisional, quando a média europeia, para o mesmo ano, era de 5% de população reclusa feminina.

Moreira (2014) afirma que os reclusos estrangeiros, embora partilhem as grandes linhas com que se esboça o rosto sociocriminal e penal da população reclusa nacional, possuem um conjunto de traços que lhes permite ter uma fisionomia própria. Nestas ditas feições sobressai a maior proporção de feminilidade, a ligeiramente menos acentuação de idade e níveis elevados de concentração em torno do tráfico de estupefacientes. Ressalta-se que este universo, representando um pouco mais de 20% dos reclusos e aproximando-se do quarto na vertente feminina, tem um peso nada irrelevante no contexto da população prisional e também dos custos da reclusão.

Tomando como referência o ano de 2002, Portugal destacava-se ao nível europeu por apresentar uma das mais elevadas taxas de sobrelotação, sendo a mais elevada taxa de detenção (número de reclusos por cem mil habitantes) e a mais elevada taxa de encarceramento, perfilando-se no conjunto dos países europeus mais penitenciários (Inglaterra, País de Gales e Espanha), enquanto que países como a Suécia, Finlândia e a Dinamarca representam os contextos nacionais menos penitenciários (Dores, 2003; Amaral, 2005 citado por Machado, 2008:114). Ressalta-se que há uma tendência crescente nas sobrelotações nas prisões de todo o mundo, dado que, em Portugal, expressa o seguinte percentual: 120% em 2002, sendo o crime de tráfico de estupefacientes, o que possui maior

regeneração dos indivíduos delinquentes no Antigo Regime (voltada para o caráter expiatório da pena) e o modelo iluminista (empenhado na reabilitação dos corpos por meio dos valores morais e do trabalho).

²⁷ Porém, os dados estatísticos fornecidos pelo Relatório Anual de Segurança Interna (2018) destacam que a população prisional era de 12.867 reclusos em 2018, havendo então uma queda se comparável ao ano de 2017.

²⁸ Relatório sobre o sistema prisional e tutelar: olhar para o futuro para guiar a ação do presente (2017/2027). Consultado em 31 maio de 2019. Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt>.

quantitativo em relação aos outros crimes (Santos *et al.* citado por Machado, 2008:115). Ressalva-se o estudo quantitativo de J J Semedo Moreira (2014) que, ao analisar os pormenores de cada um dos crimes que constituem as tipologias, concluiu que a separação entre a parte masculina e feminina se faz exclusivamente pelo tráfico, de modo que sobressai o facto de que 21,3% das reclusas condenadas são estrangeiras. Ademais, é digno de nota que o problema do tráfico de estupefacientes tem uma incidência de 85,1% entre as mulheres oriundas de outros países, principalmente do Brasil.

Com efeito, é neste cenário que se torna alarmante o número cada vez mais crescente de mulheres brasileiras aliciadas pelo tráfico de estupefacientes²⁹, em que tal prática surge como um meio de compensação desviante à escassez de meios formais de subsistência, o que favorece, segundo a antropóloga Alba Zaluar (2004): *um processo de integração perversa*³⁰. Integrar, nestes termos, quer dizer aliciar a maior quantidade de mulheres para o mundo do crime para, por sua insuspeitada condição, burlar os mecanismos repressivos do Estado.

Ao longo do tempo, o espaço que o feminino ocupa nos estudos sociológicos sobre o desvio vem sendo questionado, sobretudo, quando se observa a disparidade entre os crimes cometidos por homens e mulheres. Afora isso, tal constatação tem por característica destacar a invisibilidade sob efeito meramente quantitativo, de modo que é necessário ampliar os estudos empíricos para que possam ajudar a compreender a inserção crescente da mulher no mundo da criminalidade, bem como dos impactos sócio-familiares daí decorrentes³¹.

Neste sentido, vale também questionar: *Que trajetórias de vida se desenham sob as práticas, cada vez mais crescentes, de atos desviantes?*³² No caso do Brasil, afirma Soares

²⁹ Os dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN, 2017), revelam um aumento de 680% da população carcerária feminina no Brasil, sendo no que diz respeito à tipificação, os crimes ligados ao tráfico de drogas novamente foram os mais cometidos pelas mulheres. Segundo este relatório, o número atinge 62%, portanto, vê-se também este cenário no contexto prisional português, embora em proporções menores.

³⁰ Ver Alba Zaluar (2004). *Integração Perversa pobreza e tráfico de drogas*. Editora FGV.

³¹ Segundo Torres e Gomes(2002) torna-se difícil encontrar uma explicação para as diferenças nas taxas de reclusas entre os homens e as mulheres, entretanto, mencionam “*que tem sido avançado como explicação, para estas diferenças, as trajetórias diferenciadas pelo género especialmente nos meios sociais mais desfavorecidos.*”

³² Ciente de que contextos de vulnerabilidade ensejam a ocorrência de *trajetórias* ligadas a atos desviantes e ao crime, caracterizados pela insuficiência de acesso às oportunidades básicas, (Maher, Dunlap Johnson; Kokoreff e Faugeron; Fernandes e Neves, 2002, *citado por* Leal, 2007), foi necessário avaliar tal hipótese, cotejando com o propósito aqui ambicionado: investigar a trajetória de vida de reclusas brasileiras que estão no Estabelecimento Prisional de Tires. Daí porque há que se considerar as circunstâncias socioeconômicas dessas mulheres, no intuito de rastrear suas relativas motivações ora ao ato desviante (aceite desde os primeiros assentimentos e consentimentos a práticas suspeitas e ilegítimas), ou para o crime de tráfico internacional de drogas.

& Ilgenfritz (2012), o recrudescimento da participação feminina no tráfico de drogas advém não somente de motivações económicas, mas também de outros fatores: motivações afetivas; expectativa de protagonismo no comércio ilegal de drogas (visto que este campo é considerado como uma meio de inusitado prestígio masculino); uso por parte dos traficantes das mulheres como correios de droga ou *mulas*, já que na visão deles, a mulher levanta menos suspeita ao olhos da polícia. Ressalta-se que o Brasil, devido a disposição geográfica, funciona como uma rota propícia para a exportação de drogas³³ que são produzidas nos países vizinhos (os que compõem a América Latina), e é neste contexto que as mulheres são inseridas neste mercado como um *meio de transporte*, ou seja, a grande maioria não possui uma relação directa com o tráfico de drogas (Cortina, 2015; Espinoza, 2004).

1.6. O Estabelecimento Prisional de Tires

O atual Estabelecimento Prisional de Tires (antiga Cadeia Central de Mulheres³⁴) surgiu da convergência de vários fatores que, direta ou indiretamente, são enquadráveis nas linhas programáticas da reforma prisional de 1936, a saber: a classificação e o encaminhamento diferencial das várias categorias de delinquentes. De modo aparente, esta instituição apresenta-se pouco especializada dado que, apesar de ser considerada uma *cadeia central* (reservada aos estabelecimentos onde são cumpridas as penas de prisão superiores a seis meses), é reservada também às delinquentes sujeitas às penas de prisão superiores a três meses e às de prisão de longa duração (Cunha, 1994:28).

É digno de nota o facto de que, à altura em que foi construído o Estabelecimento Prisional de Tires, a concentração do universo recluso feminino num único estabelecimento se dava em termos estritamente modestos, em um contexto, cujas condenações criminais de mulheres proferidas pelos tribunais, eram relativamente menores se comparadas ao masculino. Por certo que no período de construção de Tires, as estatísticas relativas às condenações criminais de mulheres apontavam para um efetivo total de quatro a cinco vezes

³³ Segundo Faria & Barros (2001), existe um consenso de que o tráfico de drogas faz parte de uma das indústrias mais lucrativas do mundo. No entanto, podemos constatar que, apesar do seu caráter ilegal, o tráfico participa da atividade geradora de capital, detendo um forte e organizado esquema de produção e mercantilização de drogas, configurando-se hoje como uma prática atrativa, tanto pela possibilidade de acúmulo de capital, quanto pelo reconhecimento social que proporcionam aos traficantes, numa forma de sociabilidade bastante peculiar.

³⁴ A Cadeia Central de Mulheres foi inaugurada em 1954, localizada na povoação de Tires, freguesia de São Domingos de Rana. Este estabelecimento destinava-se ao cumprimento de pena de prisões mais longas e, principalmente, para as reclusas de difícil correção, seja por tendência à indisciplina ou aquelas que tinham a moral corrompida (Cunha, 1994:24).

menor se contrastado ao dos homens, no que reflete não apenas uma menor participação da mulher em atos delituosos, como uma consequente insensibilidade à delinquência feminina.

No que diz respeito à arquitetura do Estabelecimento Prisional de Tires, este se distribuía em três micro estabelecimentos, sendo que exteriormente os pavilhões dispunham de forma compacta configurando um L, mais especificamente, em formato de espinha. Este tipo de formato fora escolhido no intuito de acolher tipos específicos de reclusas, com o deliberado propósito de mantê-las separadas umas das outras no decurso da vida prisional, o que dava a cada pavilhão, relativa autonomia no processo de patrulhamento e vigilância. (Cunha, 1994:29).

Dada a regularidade às práticas criminosas e os níveis de reincidência, os estabelecimentos prisionais foram preparados essencialmente para homens, de modo que eram pouco adaptados às necessidades das mulheres. Foi somente com o surgimento do *Decreto-Lei* nº 265/79 de 1º Agosto, que foram estabelecidas regras especiais para o tratamento de reclusas em Portugal. O texto base do decreto levou em consideração os aspectos biológicos da mulher, resultando assim em construções específicas que contemplassem algumas das demandas particularmente femininas.

Atualmente, o Estabelecimento Prisional de Tires, localizado na freguesia de São Domingos Rana, concelho de Cascais e distrito de Lisboa, faz parte das 57 prisões existentes em Portugal. Em relação à classificação, a segurança é considerada mista devido ao facto de possuir o regime aberto, no qual as reclusas têm a possibilidade de sair durante o dia e assumir funções laborais fora do confinamento. Já no regime semi-aberto, as prisioneiras podem circular de forma mais autónoma pela instituição, além de trabalharem dentro do estabelecimento prisional. Por último, existe o regime fechado, no qual as reclusas são limitadas ao pavilhão onde se encontram inseridas. O E.P de Tires é constituído por três pavilhões de regime fechado³⁵.

Todos os pavilhões possuem recreio, biblioteca, refeitório, salas de trabalhos, ginásio, gabinete de saúde, sala de convívio (onde o consumo de tabaco é permitido), além do gabinete de atendimento, sala de atividades lúdicas, bem como a distribuição de celas munidas de cama, secretária, cadeira, armário e casa de banho. Destaca-se a Casa da Mães

³⁵ Pavilhão 1 (P1) - destinado para as reclusas preventivas; Pavilhão 2 (P2) - destinado para as reclusas condenadas; Pavilhão 3 (P3) - atualmente encontra-se desocupado, mas desde 9/10/2002 destinou-se a reclusos do sexo masculino em situação de prisão preventiva.

como um espaço que acolhe as reclusas que se encontram em período de gestação ou que têm a custódia dos filhos até os 3 anos de idade³⁶.

A mãe juntamente com o seu filho possuem uma cela individual, composta por cama, berço, secretária, cadeira, armário e casa de banho. Este pavilhão é constituído por um recreio com temática infantil, pátio exterior para as reclusas, biblioteca, duas salas de trabalho, sala de fumo, lavandaria, suas salas de atividades lúdicas, gabinete de saúde e de atendimento, refeitório, cantina e três alas (uma para reclusas em prisão preventiva, outra para condenadas e por último, uma destinada a reclusas que se beneficiam do regime aberto). A existência desse espaço permite que as crianças tenham um ambiente mais adequado para o seu bom desenvolvimento e assim tenha a possibilidade de obter o amor e cuidado materno essenciais nos primeiros anos de vida.

³⁶ Em circunstâncias excepcionais é possível que a criança permaneça no E.P até aos 5 anos de idade.

Capítulo II

2.1. Fundamentação metodológica e objetivo do estudo

A construção deste trabalho baseou-se na pesquisa qualitativa já que, tendo em vista o propósito de analisar as *trajetórias de vida* de reclusas brasileiras, nada mais apropriado que a tentativa de compreensão detalhada dos significados e as características situacionais apresentadas pelas entrevistadas. Logo, o propósito deste método permitiu que a investigação pudesse recolher e reflectir sobre aspectos enraizados (menos imediatos) dos hábitos dos sujeitos, grupos ou comunidades em análise e, simultaneamente, sustentar - de modo fundamentado na observação - a respectiva inferência ou interpretação dos seus hábitos (Santo, 2010, p.26). A partir disso, foram formulados três objetivos específicos, a saber:

- a. Analisar as implicações do percurso familiar, escolar, profissional com a situação jurídico-penal das reclusas brasileiras;
- b. Identificar, a partir de uma perspectiva de género, os papéis sociais assumidos pelas entrevistadas desde a vida pré-prisão até o contexto prisional;
- c. Destacar, a partir dos discursos referentes às expectativas futuras, quais os propósitos das entrevistadas após a reclusão.

Em aspectos metodológicos, é cada vez mais frequente a utilização por parte da sociologia de técnicas qualitativas baseadas na relação aprofundada com um pequeno número de atores sociais que, pelas histórias de vida, análise biográfica ou entrevista em profundidade, não apenas representam instrumentos privilegiados de investigação sociológica, mas igualmente meios de extrair - dos próprios atores - as suas versões sobre os episódios a que estão implicados. No contexto desta pesquisa, o método qualitativo se deu por um anseio de, à maneira do que reclama certa criminologia feminista, de dar voz às próprias mulheres, buscando meios de avaliar quais os significados que estas atribuem aos próprios atos desviantes cometidos.

Em que pese o sentido metafórico da expressão: '*dar voz*', o que se pretendeu, metodologicamente, foi compreender o crime a partir de suas protagonistas. Para isso se buscou a pesquisa de terreno, técnica de pesquisa utilizado neste trabalho com o objetivo de rastrear a informação de forma direta, a partir da própria versão da população pesquisada, a

saber, por meio das entrevistas. Em seguida, logo após coletada a versão das entrevistadas, pude cotejá-la com o acesso aos respectivos processos judiciais.

De acordo com Rosa & Arnoldi (2008), a entrevista como técnica de coleta de dados, não se trata apenas de um diálogo, mas sim, de uma discussão orientada para um objetivo definido que, através de um interrogatório, leva o informante a discorrer sobre temas específicos, resultando assim em dados que serão utilizados na pesquisa. No que se refere aos instrumentos que foram utilizados na pesquisa, a entrevista foi semi-estruturada. As questões, nesse caso, decorreram de modo a otimizar o diálogo, ensejando à reclusa a verbalização de seus pensamentos, voltada especificamente para os papéis sociais assumidos desde a vida pré-encarceramento até o encarceramento, bem como bem as perspectivas de vida pós-encarceramento.

A técnica de coleta de narrativas referentes às trajetórias de vida, configurou-se como apropriado para a recolha dos dados desta pesquisa, tendo em vista o caráter dialógico, utilizou-se o guião de entrevista, adaptado da *Trajetórias de Vida das Reclusas Estrangeiras* (Matos, Machado, Barbosa & Salgueiro, 2010). O guião utilizado por este autores, fundamenta-se no pressuposto do pensamento organizado narrativamente, ou seja, com abordagem sobre as histórias de vidas, momentos significativos, desafios e seus pontos altos e baixos. Com o total de vinte perguntas, escolheu-se adaptar o guião com questões mais específicas a respeito das reclusas brasileiras, a saber: experiências prisionais anteriores, percepção sobre as diferenças entre as prisões masculina e feminina, relação e comunicação com os elos afetivos, circunstâncias e motivações para o transporte de estupefacientes (*correios de droga*), cotidiano no E.P de Tires, e a experiência de ser mãe no contexto prisional. Segundo Raybaut & Clapier-Valladon (1995:47):

A análise destas trajetórias podem ser recolhida através da entrevista semi-estruturada, além é claro do uso de um guião de entrevista, e de um gravador durante pesquisa no sentido de aprimorar a *fiabilidade* da pesquisa. O guião torna-se condição *sine qua non* para a pesquisa, pois permite um melhor enquadramento e precisão por parte do investigador.

2.2. Seleção e caracterização da amostra

Com o propósito de analisar as trajetórias de vida das reclusas brasileiras no Estabelecimento Prisional de Tires, a presente investigação teve como foco populacional um grupo de vinte reclusas brasileiras que atendiam os requisitos da pesquisa (*não residentes*,

correios de droga e mães) e, a partir disso foram feitas as entrevistas nos pavilhões³⁷. Levando em consideração o facto que houve uma demora no tocante à autorização, no que resultou num primeiro contacto ao final do mês de abril do corrente ano, eis que as questões do prazo e a dificuldade de entrevistar uma amostra mais significativa se mostraram imperiosas, resultando assim na necessidade de entrevistar apenas vinte reclusas³⁸.

Após o contato com a educadora do Estabelecimento Prisional de Tires, foi entregue à investigadora uma lista de reclusas brasileiras a serem entrevistadas no horário estipulado pelos guardas prisionais, isto é, na hora do recreio das reclusas (9h:30m às 11h:30m ou 14h:30m às 16h:30m). Para cada entrevista foi explicado os objetivos da pesquisa, a preservação do anonimato e, posteriormente foi entregue a declaração de consentimento, o questionário sóciodemográfico a ser preenchido e, por fim, o pedido de autorização para gravação da entrevista.

Destaca-se que, das reclusas brasileiras inquiridas, não houve desistências, de modo que todas se mostraram receptivas à pesquisa. Entretanto, apenas algumas reclusas questionaram se a presente pesquisa iria para o processo, ou se o juiz teria conhecimento. Deste modo, foram novamente reforçados o caráter genuinamente acadêmico da pesquisa e a preservação do anonimato das entrevistadas.

A partir de um contexto pré-prisional, destaca-se que foi traçado um perfil sóciodemográfico das mulheres brasileiras entrevistadas (**tabela 1**), priorizando elementos básicos como: idade, número de filhos, estado civil, habilitação literária, ofício exercido (ou não) antes do encarceramento, com o propósito de rastrear e compreender os papéis por estas assumidos em núcleos sociais específicos: família, relacionamento afetivo e trabalho.

³⁷ A maioria das entrevistas foram feitas no chamado pavilhão 1, que é destinado as presas em situação preventiva. Os poucos contatos com o pavilhão 2, destinado às presas condenadas, deveu-se ao facto delas terem uma rotina de trabalho pela manhã e tarde, portanto, para cada entrevista cedida, seria prejudicial para elas, já que os trabalhos são remunerados. Destaca-se que algumas reclusas condenadas foram entrevistadas, mas que no momento não estavam exercendo as suas funções laborais.

³⁸ Cada técnica de educação, comumente chamada de educadora, do E.P fica responsável por atender um número específico de reclusas e suas eventuais demandas. Logo, a pesquisadora obteve uma lista das reclusas brasileiras disponibilizada pela Administração Prisional.

Tabela 1. Caracterização sociodemográfica das brasileiras entrevistadas

Nome³⁹	Idade	Filhos	Estado Civil	Habilitação Literária	Trabalho no Brasil	Experiência prisional anterior
Aira	24	2	Solteira	Secundário (12º ano)	Autônoma (<i>esteticista</i>)	Não
Melissa	46	1	Solteira	Secundário (12º ano)	Comerciante	Não
Sthephanny	26	3	Solteira	Ed.Básica (8ºano)	Auxiliar de Limpeza	Não
Hécate	25	1	Solteira	Secundário (12º ano)	Não	Não
Hellye	33	3	União Estável	Secundário (12º ano)	Manicure e Vendedora	Não
Jéssica	27	3	Solteira	Ed.Básica (6º ano)	Não	Não
Ingrid	28	3	Solteira	Secundário (12º ano)	Designer de Sombrancelha	Não
Beatriz	20	1	Solteira	Ed.Básica (6º ano)	Cabeleireira	Não
Marilva	44	8	Solteira	Secundário (10º ano)	Não	Não
Patrícia	32	3	Solteira	Secundário (12ºano)	Não	Não
Verônica	33	2	Solteira	Secundário (12ºano)	Motorista	Não
Anne	32	1	Solteira	1º ciclo (incompleto)	Telemarketing	Não
Maria Clara	24	1	Casada	Secundário (12ºano)	Cabeleireira	Não
Raila Beatriz	23	2	Solteira	Secundário (12ºano)	Não	Não
Ágata	34	2	Solteira	Ed.Básica (8ºano)	Não	Não
Andreina	22	2	Solteira	Ed.Básica (9ºano)	Vendedora de Cosméticos	Não
Fernanda	22	1	Solteira	Secundário (11º ano)	Cabeleireira	Não
Mariana	35	1	Solteira	Secundário (12ºano)	Autônoma	Não
Bianca	33	1	Solteira	1º ciclo (incompleto)	Esteticista	Não
Karine	29	2	União Estável	Secundário (11º ano)	Manicure	Não

Fonte: dados disponibilizados pelas entrevistadas a partir do questionário.

³⁹ Nomes fictícios.

2.3. Instrumentos de recolha e análise dos dados

Sobre os dados que foram coletados nesta pesquisa, há algumas considerações que devem ser pontuadas: no primeiro momento, tomou-se como referência os últimos dados estatísticos disponibilizados pela Direção Geral de Serviços Prisionais⁴⁰. No entanto, após o contato *in loco* com os dados sobre as reclusas brasileiras em Tires, constatou-se que tem ocorrido um aumento substancial de reclusas estrangeiras, especificamente oriundas do Brasil. O último relatório da DGSP (2017)⁴¹, contabilizou um total de 69 reclusas brasileiras (24 reclusas em situação preventiva e 45 reclusas condenadas) que estão nos estabelecimentos prisionais portugueses. Entretanto, houve divergências quanto aos dados oficiais publicados e o real quantitativo de brasileiras. Por exemplo, no E.P de Tires há cerca de 73 reclusas brasileiras, sem contabilizar os outros estabelecimentos. Por ora, afirma-se que este número vem crescendo até mais do que os dados oficiais publicizam.

As entrevistas tiveram uma duração de trinta minutos a três horas⁴² e, em todas, foi utilizado um gravador de voz da marca *Sony*. Após as entrevistas, procedeu-se à transcrição *ipsis verbis*, resultando em trezentas e oitenta e nove páginas de entrevista. Após a recolha dos dados e transcrição, seguiu-se posteriormente para o processo de tratamento destes dados no intuito de melhor interpretar as informações coletadas. Foi feita uma *leitura flutuante* das entrevistas e, de maneira indutiva, algumas pré-categorias foram criadas levando em consideração o sentido das falas das reclusas, do conteúdo latente, além dos significados explícitos e ocultos. Posteriormente, foi criada uma árvore temática com os temas, os subtemas e códigos específicos (grelha de codificação).

Ademais, para fins de coleta pormenorizada das informações obtidas, se empreendeu a técnica que se propõe a extrair minuciosamente o que foi dito no decurso das entrevistas, doravante, a análise de conteúdo. Com efeito, buscou-se classificá-lo em temas ou mesmo categorias que auxiliem na compreensão do que subjaz aos discursos. Em razão disso, foi utilizado o processo de análise de conteúdo qualitativo, desenvolvido por Bardin (1977) e Krippendorff (1980) e, para o tratamento de dados (processo de codificação) foi utilizado o

⁴⁰ Toma-se como referência os dados anuais no período de (2009-2017), tais dados estão disponíveis no site <http://www.dgsp.mj.pt>

⁴¹ Até o presente ano, ainda não houve atualizações disponíveis (referente ao ano de 2018), quanto ao número de reclusas nos estabelecimentos prisionais portugueses.

⁴² Cada entrevista tinha uma duração diferente, umas duraram vinte minutos e outras duas e três horas, sendo nesses casos de longa duração, foi necessário mais dois dias para terminar uma entrevista.

programa de software *Maxqda* versão 2018, que permitiu criar categorias e, consequentemente, teoria (*feminino encarcerado*) a partir dos dados qualitativos. Destaca-se a importância deste programa na organização das respostas, sobretudo, por sua possibilidade de compactação e otimização das informações, no que, em se tratando das *trajetórias de vida das reclusas brasileiras*, cujo contexto emotivo resultou em uma série de lapsos e raciocínios circulares, se mostrou técnica e metodologicamente indispensável. Após o processo de codificação, organizado por meio do *Maxqda*, um relatório de segmentos codificados, um memorandos e um *word cloud* se pode não apenas reordenar algumas informações comprometidas por relativa carga emocional, bem como destacar a regularidade das palavras mais proferidas (anexo 5).

2.4. Limitações no percurso da investigação

Muitas são as dificuldades impostas aos investigadores quando estes escolhem a prisão como campo de pesquisa, de modo que empreender uma investigação requer um grande esforço para se obter conhecimento sobre o campo e suas relações. Com efeito, este tipo de pesquisa não se restringe apenas ao descortinamento do cotidiano da prisão, pelo contrário, o investigador por vezes é surpreendido por situações de violência, discriminação, bem como desconfiança por parte da administração prisional etc.

Após tomar a decisão de investigar as reclusas brasileiras, tendo em vista que se trata de um campo prisional, houve alguns obstáculos que, de algum modo, desestabilizaram o percurso da pesquisa no que diz respeito ao tempo hábil. Depois de arrolar as documentações referentes à autorização, houve consequente avaliação no mês de fevereiro de 2019, junto à Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, tendo obtido a resposta apenas no mês de abril, a demora neste caso, ocorreu devido ao período de greve dos guardas prisionais que culminou no atraso de pedidos de autorização para a pesquisa. Após este interregno e com a autorização para a pesquisa em mãos, a etapa seguinte foi a comunicação com o Estabelecimento Prisional de Tires⁴³ que, na figura da coordenadora adjunta, se mostrou solícita e favorável à pesquisa sobre as reclusas brasileiras. Todavia, o processo de autorização, embora tardio, representou a primeira vitória na investigação, pois somente assim, a pesquisa em campo obteve êxito. Vale ressaltar que o processo para obter autorização

⁴³ O documento de autorização foi destinado para dois estabelecimentos prisionais: Tires e Odemira. Entretanto, após ter conhecimento que o número de brasileiras em Tires supria as expectativas para o desenvolvimento da pesquisa e, tendo em vista o curto espaço de tempo, optou-se pela pesquisa no E.P de Tires.

de entrada num estabelecimento prisional, por vezes não obedece a uma lógica linear, afinal (como toda instituição com este cariz) está sujeita às instabilidades sociais, no presente caso, mais marcadamente às incertezas da greve supracitada.

A pesquisa realizada no campo prisional que, embora delimitado pelos muros que o cerca, se nos reporta igualmente a conflitos extramuros, seja nas relações - por vezes hostis - entre as reclusas, seja nas relações destas com a administração, cujos impactos mútuos são capazes de modificar o eixo das respectivas trajetórias. Em meio a este cenário de intensa animosidade, a importância de se estabelecer elos de confiança entre a entrevistadora e as entrevistadas se mostrou decisivo, no que resultou no consequente “destravamento” do bloqueio da fala, conquistado às custas da paulatina mudança de impressão da entrevistadora como “inimiga” ou alguém “a serviço dos guardas”.

Para tal, credita-se tal estabelecimento de elos às origens brasileiras que, irmanando entrevistadora e entrevistadas, pôde criar o núcleo de uma afinidade eletiva.

Capítulo III

3.1. Discussão dos dados: *trajetórias de vida das reclusas brasileiras*

Desdobrar a ideia de trajetória às análises das vidas de brasileiras, reclusas em Portugal, nos interessa não apenas em um âmbito biográfico ou meramente individual, mas como eixo de compreensão da paulatina transformação dos papéis sociais vividos por estas mulheres em um contexto eminentemente particular, sob o qual se projetam três referenciais: a vida pregressa, a partir da qual se ambicionou compreender as relações familiares e seus eventuais impactos nas trajetórias observadas; a vida atual e a vida futura, desde as quais se pôde contrastar as novas assimilações de papéis e os efeitos do encarceramento.

O processo dialógico das entrevistas favoreceu não apenas uma relativa compreensão de um fenômeno cada vez mais atual, mas também certa assimilação daquilo que o sociólogo alemão Ulrick Becker, cunhou sob o termo composto de *mosaico científico*. A propósito, imaginemos um grande mosaico visto a uma certa distância que, apesar da apreensão parcial, nos forneça um quadro relativamente compacto da presente imagem. Entretanto, à proporção que nos aproximamos, sem que o anteriormente visto se reduza a uma mera apreensão lateral, o mosaico vai integrando as partes de modo a compactá-las em um conjunto uniforme que, sob certa perspectiva, harmoniza o todo e suas partes. Ora, dimensionando um mosaico de trajetórias que, apesar de vivenciadas em contextos relativamente distintos e assimiladas em breves sessões de entrevistas (por vezes, até mesmo censuradas sob efeito de algum bloqueio interior), aquilo que aparentemente é apenas um dado ou um facto qualquer, pode – a depender da perspectiva tomada pelo entrevistador – lançar luz e clarificar as parcelas ocultas das situações subestimadas, negligenciadas ou preteridas.

3.2. Trajetórias do passado: percurso de vida no Brasil

Nesta primeira dimensão, considerada como período de *pré-prisão*, o ponto central consistiu na tentativa de perceber e destacar como era a vida dessas brasileiras no país de origem, antes de serem presas, bem como os *papéis sociais* até então assumidos, tendo por eixo de referência *a duplicidade dos meios materiais de subsistência e núcleos afetivos-familiares*. Para isso se fez necessário abordar temas referentes a meios de subsistência e composição da estrutura familiar, mais especificamente sobre as suas relações com os

respectivos elos afetivos (pais, filhos, avós, irmãos, maridos etc). A partir deste eixo de referência, voltado ao contexto pré-prisional, destacou-se a importância de traçar um perfil sociodemográfico das mulheres brasileiras entrevistadas, priorizando elementos básicos como: idade, número de filhos, estado civil, habilitação literária e ofício exercido (ou não) antes do encarceramento.

Em termos etários observou-se a prevalência de uma faixa entre os vinte e quarenta anos⁴⁴. No tocante ao estado civil, a maioria é solteira, ou seja, os relacionamentos anteriores não foram formalizados, ou sequer resistiram à distância pós-confinamento. Esta realidade ainda é comum no Brasil, onde as uniões – apesar de consensuais – são estabelecidas sem casamento civil ou religioso; fenômeno que compromete a eventual partilha de bens em situações extremas, como a morte precoce de um dos ‘cônjuges’. A partir dos dados sociográficos, constataram-se informações sobre as habilitações literárias, por meio das quais a maioria está entre a média e baixa escolaridade, mais especificamente, a conclusão do nível secundário (ensino médio no Brasil) precedido da educação básica (ensino fundamental). Além disso, há um fator que não pode ser desconsiderado: grande parte dessas brasileiras teve que abandonar os estudos para – por razões de insuficiência econômica – se submeter a trabalhos informais na perspectiva de sustentar os filhos. Em outros casos não se pode preterir a interrupção à vida escolar em razão de gravidez precoce.

Antes da reclusão, a maioria das entrevistadas enfrentava situações de precariedade laboral, no entanto, é digno de nota que as profissões exercidas por elas se encaixavam em trabalhos informais de baixo rendimento, ou mesmo tendo que assumir muitos ofícios para completar a renda mensal. Nos questionários respondidos, o trabalho relacionado à estética, especificamente voltado à manicure e tratamento de beleza, sobressaiu, apesar de não representar um emprego formal propriamente dito, pois segundo os próprios relatos, dependiam muito da sazonalidade da demanda.

A discriminação de gênero, tema importante para a questão de partida desta pesquisa, foi identificada como um fator decisivo à instabilidade laboral, constantemente consumada em demissão. Destacamos dois relatos significativos: Aira e Hécate. A primeira mencionou casos de assédio em ambiente de trabalho, por muitas vezes com comentários vexatórios e ofensivos por parte do chefe, de modo que ela se viu obrigada a pedir a sua própria demissão:

⁴⁴ Destaca-se que uma grande fração das setenta e três reclusas brasileiras que estão em Tires, possui uma média de vinte anos de idade (tabela 1), sendo que a maior porcentagem do crime cometido está relacionado com o tráfico de internacional de drogas.

“[...] Pra não dizer em muitas palavras...Ele (chefe) me dava uma **assediada**. E eu ficava entre a foice e a força. Ficava assim. Era o trabalho que eu tava tendo no momento e logo tinha implicância dele vir com umas brincadeiras que eu não gostava, mas eu ficava com medo de responder mal ou responder de alguma forma agressiva, ali perder o emprego e surgir alguma história.”

Entretanto, Hécate relata um episódio de discriminação de gênero em seu último emprego perpetrado pelo seu chefe. Na ocasião, ela lecionava numa escola, mas constantemente desmereciam o seu trabalho e, por muitas vezes, faziam comparações com outro professor, como pode ser observado em seu relato:

“[...] Aí eles contrataram um rapaz para pegar a metade das turmas. No caso aí, já começou a entrar o **machismo**. Eles começaram a comparar o meu trabalho com o dele, começaram a falar que tudo que ele fazia era melhor... Ele estava levando crédito das coisas que eu tinha feito. Começaram a acontecer essas coisas. Eu via aquilo, era um machismo. Então, era várias coisas pequenas e eu quieta...Passou alguns meses, e eu já sabia que em algum momento eles me colocariam pra fora [...]” (grifo nosso).

Já outras entrevistadas encontravam-se desempregadas ou mesmo nunca tiveram acesso ao trabalho, uma vez que dependiam financeiramente do companheiro. Ademais, observa-se que a instabilidade financeira foi um dos maiores motivos que levaram essas mulheres - embora nem todos os relatos tenham sido justificados pela falta de recursos – a optar, conscientemente, pelo ato delituoso, sobretudo, o aparentemente menos comprometedor tráfico de estupefacientes. Importa enfatizar que o desamparo emocional dos elos afetivos é um fator de vulnerabilidade (tema que será abordado mais adiante) na trajetórias dessas mulheres, entretanto, a falta de oportunidade financeira é um fator que limita a possibilidade de independência material e subsistência.

As perguntas escolhidas – com base no eixo de referência temporal: passado, presente e futuro – permitiram um melhor delineamento do objetivo da dissertação, entretanto, a linearidade das questões não se refletiram na pesquisa de terreno. Na tentativa de buscar os episódios marcantes sobre os aspectos familiares, algumas entrevistadas flutuavam em questões sobre a rotina no estabelecimento prisional, ou alguma história de desavença com alguma reclusa. Contudo, cabe ressaltar que a abordagem de uma trajetória não obedece um caminho ordenado, ao contrário, os discursos são multifacetados e ao mesmo tempo preenchidos com diversos atores e situações que nos remetem a ideia do *mosaico* anteriormente referida.

Em meio à entrevista e o anseio de destacar a assimilação dos papéis assumidos por estas mulheres, o tema *família* tornou-se recorrente, ora pelas lembranças da infância que, na maioria das falas, eram destacadas como lapsos atenuantes da melhor fase de suas vidas, ora pelos episódios negativos que foram convertidos em decisivas situações traumáticas. Ao

descreverem as suas vidas no Brasil antes de serem presas, algumas entrevistadas como Hellye, Melissa, Sthephanny, Maria Clara, Anne e Beatriz destacaram em seus discursos que o que as caracterizavam era a relativa estabilidade, sobretudo, com os elos afetivos. No entanto, quase de maneira imediata o tom das falas ecoava um sentimento de arrependimento pelo ato delituoso que, na visão delas, teria sido um erro a ser evitado. Destaca-se a fala da entrevistada Melissa que condena e torna consciente o próprio ato praticado:

“(...) Entrei nessa *burrada* (**tráfico de drogas**) para ajudar a minha irmã que estava doente...O medo de perdê-la, e de novo pelo mesmo motivo (**morte da mãe**) de doença foi que entrei nessa burrada, mas eu tive uma vida maravilhosa, não tenho o que reclamar dos meus pais que me deram uma vida boa. É como se um filme passasse na minha cabeça (...) Todo o dia eu peço perdão a ela por ter acontecido isso comigo, porque ela era uma mãe presente, sempre alegre, sempre esteve do nosso lado.”

Em outro estrato de dramas similares, as histórias de Aira, Andreina, Fernanda, Hécate, Ingrid, Jéssica, Marilva, Patrícia e Raila Beatriz refletem uma realidade que ainda aflige uma grande parcela da sociedade brasileira, sobretudo, no que se refere às mulheres que, ao longo da história, têm sido submetidas a um papel secundário que se reflete em um processo de subalternidade alusivo à vida colonial⁴⁵. Contrastando e ressignificando essa subalternidade, eis que tem surgido um nascente problema social no Brasil contemporâneo que, frequente no discurso de muitas das entrevistadas, revela um acúmulo e uma nova assimilação de papéis: os de mães solteiras. As reflexões sobre a *monoparentalidade* feminina apontam não somente para um desgaste físico, pelo facto da maioria dessas mulheres enfrentarem árduas jornadas de trabalho, mas igualmente a uma sobrecarregada assunção de papéis que redundam em um esgotamento emocional, além disso, acrescenta-se o facto de as famílias monoparentais e os filhos estarem mais vezes expostos a uma experiência de pobreza (Saraceno & Naldine, 2003:236).

Destaca-se que esta nova composição familiar tem crescido no Brasil que, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam à existência de 11,6 milhões⁴⁶ de famílias formadas por mães solteiras, facto este que contribui

⁴⁵ Uma simples documentação testamentária presente nas Ordenações do Reino nos dão uma dimensão da estrutura patriarcal da sociedade colonial brasileira: “Quando morria o pai, a Mesa do Desembargo do Paço apenas exigia que fosse entregue a prova do óbito. Percebe-se assim, na prática, uma nítida assimetria, decorrente da supremacia do poder paterno na família do Antigo Regime, onde a morte da mãe não precisava ser provada, mas exigia-se o consentimento escrito do pai; a morte do pai precisava de ser provada, mas não se exigia o consentimento escrito da mãe.” (Silva, 1993:37)

⁴⁶ <https://g1.globo.com/economia/noticia/em-10-anos-brasil-ganha-mais-de-1-milhao-de-familias-formadas-por-maes-solteiras.ghtml> [Acesso em 13 de agosto de 2019].

para um processo de vulnerabilidade familiar e exposição da mulher a atividades laborais complementares, no mais das vezes, em jornadas duplas de trabalho. Entretanto, o peso torna-se ainda maior quando o cenário é de desemprego, o que desencadeia uma espiral de dificuldades que, exigindo uma resposta imediata à sobrecarga de papéis assumidos (ora como provedora, ora como mãe), pode acarretar em decisões extremas como a via delituosa. Sob certos aspectos, se avalia que a dupla assunção de papéis, ou exige uma complementação da renda mensal por meios formais, ou precipita uma tomada de decisão extrema e desesperada que se consuma no ato desviante, cujas ofertas aliantes do tráfico se tornam relativamente extensivas.

As reclusas, em sua maioria, relatam o abandono dos companheiros no provimento dos filhos desde tenra idade, de maneira que, para amenizar essa situação na qual os cuidados da infância são prementes, recorrem aos avós para que possam suprir eventuais lacunas, sobretudo, na questão afetiva. Neste caso, observa-se um deslocamento dos papéis que, em situações extremas (como as vividas pelo encarceramento em um país estrangeiro), representará uma afetividade postiça que, concentrada nos avós, tende a diminuir a reciprocidade dos afetos entre a mãe e os filhos. A panorâmica desta vida em que os papéis são ressignificados, ora é descrita como exaustiva - já que, além da questão financeira, ainda suprem relativamente as demandas paternas - ora é vivenciada não sem certo desespero. Dentre as entrevistadas, destaca-se Bianca, cuja estrutura familiar se caracteriza pela seguinte composição: advém de uma família fragilizada, em decorrência do falecimento do pai e a precoce doença da mãe, (*Alzheimer*), além da dependência dos irmãos no tocante à resolução de alguns conflitos domésticos. Em razão da perda do pai, Bianca começou a trabalhar desde cedo, o que a tornou (dada a pouca idade dos irmãos) chefe de família. Neste interregno, ela conheceu o pai de seu filho, e, após alguns anos juntos, separaram-se. A partir daí, a relação entre ambos tornou-se duplamente conflituosa, pois da separação adveio a ausência de suporte ao filho, o que exigiu de Bianca meios de reparar tal prejuízo. A propósito, relatava-nos:

“[...] Eu sempre trabalhei em três empregos, então, eu já cheguei a quase passar fome...Foi a época que meu marido saiu de casa, isso me pegou totalmente desprevenida. O meu trabalho era fatigante, eu levava meu filho, parecendo um “trapo” para cima e para baixo. Eu dormia apenas três horas por dia [...]”.

Por meio da cadência do seu relato, percebe-se o quanto é difícil para a mulher conciliar uma intensa jornada de trabalho e, ao mesmo tempo, ser um suporte para o filho. Além do mais, no caso desta entrevistada, o abandono paterno deu-se logo após o nascimento da criança que, segundo ela, decorreu da acusação de que ela não estaria exercendo o seu ‘*papel de mulher*’, doravante, a partilha de uma vida íntima ou sexual. Importante destacar a

perspectiva de gênero nas análises dessas trajetórias, já que as respostas das reclusas aludem direta ou indiretamente ao tema dos *papéis* que as mulheres desempenham, exigindo-lhes franca adaptação, como se pode observar na fala da Bianca:

“[...] Minha mãe doente e, ainda ajudava a minha irmã, trazia meu irmão das boates e eu tive que sustentar a casa sozinha! Eu assumia as duas funções: de pai e de mãe.”

3.2.1. Lares desfeitos: abandono, abuso e violência doméstica

Concomitantemente aos papéis por elas assumidos, as trajetórias das reclusas brasileiras também revelam um cenário de desamparo emocional por parte dos companheiros, somado a episódios traumáticos de abusos e violência doméstica. É importante destacar o aumento de casos de violência contra a mulher no Brasil que, segundo dados levantados no ano de 2018 pelo *Datafolha*, nos últimos doze meses, cerca de 1,6 milhões⁴⁷ de mulheres foram espancadas ou sofreram tentativa de estrangulamento, com um destaque de 42% dos casos em ambiente doméstico. Ademais, a partir da reconstrução das histórias dessas mulheres e suas relações com os ex-companheiros, se pode constatar que, apesar da violência habitual, alguns casos de agressão não foram registrados, além de outros que, apesar de serem denunciados, não surtiram efeitos devido a ineficácia de medidas protetivas. Contudo, este cenário de camuflagem ainda é comum na sociedade brasileira, em que perdura uma violência velada nas denominadas *cifras negras*, sob a qual há um pacto de cumplicidade relativamente curioso entre agressor e vítima, empenhado em evitar a todo custo, apesar dos efeitos nocivos daí decorrentes, a superexposição e a consequente vexação pública, bem como a dependência financeira ou emocional.

Contrariando o caráter episódico da fatalidade que se esconde sob tais cifras negras, a entrevistada Hécate revela que, certa vez, se tornou consciente da seguinte certeza: “[...] *Eu não vou ser estatística.*” Na ocasião, a entrevistada ainda residia com o companheiro e sua respectiva família numa cidade pacata do Nordeste brasileiro - região que, segundo ela, se caracteriza por ser um ambiente de pessoas com *mentalidade tradicional* - no qual resíduos de um sistema patriarcal ainda são mantidos, sobretudo, pela defesa relativamente inconsciente que se propaga, desde as mais despreocupadas conversas, segundo a qual a mulher possui um papel subserviente em relação ao homem.

⁴⁷ *Violência contra a mulher: novos dados mostram que 'não há lugar seguro no Brasil'*
<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47365503> [Acesso em 27 de agosto de 2019].

Após o nascimento da filha, Hécate contestou os papéis preestabelecidos sobre as noções arraigadas na região, segundo as quais o homem não deve se ater aos cuidados atenciosos aos recém-nascidos, reservando-os exclusivamente à mãe. Aliás, como se pode perceber em seu relato:

“[...] Só que assim, eu mesma estimulava a paternidade dele! Aí que tá, entramos no problema de lá...A família dele não deixava ele ser pai. O que eu quero dizer com isso é que eles não deixavam ele cuidar. Então, eu cuidava dela e pedia que ele cuidasse dela. Ele entendia isso! Assim, de outros aspectos ele compreendia bem. Só que assim: se a família dele chegasse e visse ele com a menina, a mãe dele vinha e pegava a menina. E a família dele era mais tradicional que a minha, porque a mãe dele achava o cúmulo ele trocar a fralda dela e dar banho.”

Embora o ex-marido assimilasse que poderia fazer parte do processo de educação da filha, seu comportamento como marido se pautava pela truculência e pela agressividade. Segundo a entrevistada, os abusos tornaram-se cada vez mais intensos, de modo que o seu medo girava em torno da ideia desesperada de que, ao se tornar um fatídico número, poderia virar mais uma estatística.

Quando nos referimos à violência doméstica propriamente dita, não significa que este conceito esteja restrito apenas aos casos de agressões que ocorrem numa relação conjugal, pelo contrário, a definição é ampla, pois abrange e inclui qualquer tipo de violência praticada num relacionamento afetivo. Portanto, importa destacar que os índices provam que as mulheres, em sua grande maioria, acabam sendo vítimas de uma violência mais severa, sobretudo, pela paulatina mudança de papéis (cada vez mais ressignificado pela necessidade de subsistência), no que tem aumentado os índices de feminicídio em contexto brasileiro⁴⁸. Dentre as formas de violência, destaca-se também a *intrafamiliar* que configura-se em práticas constantes de abusos físicos, emocionais e sexuais cometidos por familiares ou pessoas mais próximas. Em muitos casos relacionados a este tipo de violência, constata-se uma dificuldade no enfrentamento da situação por parte da vítima, já que os episódios de abuso sexual cometido por familiares, deixam traumas como uma marca indelével de vergonha e sentimento de culpa, o que acaba por converter uma situação ligeiramente confusa em um drama que subjaz ao silêncio e ao desespero.

Cada trajetória ouvida possui uma singularidade que, apesar de reportada a mulheres nascidas em um mesmo país e viventes da mesma situação dramática da prisão em

⁴⁸ Numa entrevista cedida ao jornal Estadão (9-11-15), o sociólogo Júlio Jacobo Waiselfisz afirma que a violência contra a mulher se naturalizou na sociedade brasileira, inclusive “autorizando” o homem a praticá-la sem constrangimentos, com a clara finalidade de “punir” e ao mesmo tempo “corrigir” comportamentos femininos que transgridem o papel esperado de mãe, mulher, esposa e dona de casa.

contexto estrangeiro, marca a relativa extraordinariedade de papéis que, dados o ato delituoso e a distância familiar, são simultaneamente suspeitados e reassumidos no processo dialógico da entrevista. Com efeito, os relatos estimulam uma dinâmica curiosa que, franqueando a possibilidade da escuta em um contexto pautado na disciplina, no rigor e no respeito às normas, ensejam uma amistosa partilha de experiências que contraria e ameniza o próprio confinamento. Entretanto, há momentos que, logo após a aquisição de confiança, as entrevistadas revelaram uma série de lembranças particularmente traumáticas. Nesse caso, coube à pesquisadora não avançar e desacomodar a fronteira recôndita de alguma experiência traumática, sobretudo, para não sobrecarregá-las de estímulos reativos ou até mesmo destrutivos. Este foi o caso da Raila Beatriz que, ao ser indagada sobre a sua relação com os elos afetivos, declarou que não havia vínculo com o seu pai, e sim memórias negativas do tempo em que moravam juntos, como se pode constatar em sua fala:

“[...] É assim desde que eu me conheço por gente! Não tenho memórias dele, só coisas ruins...Nenhuma lembrança boa mesmo, nenhuma...Eu tento buscar uma coisa boa, mas nunca vem nada de bom. Nada! **Pior pai que existe na face da terra** (grifo nosso)!”

Apesar de ter percebido – intuitivamente – que a relação alí travada poderia ser de abuso intrafamiliar, preferi não abordar mais esse facto, entretanto, pude constatar, através de análise do seu processo jurídico, que o pai a violentou várias vezes, e mesmo sendo denunciado, Raila Beatriz não obteve apoio da família, sendo, portanto, posteriormente ameaçada caso levasse a acusação adiante:

“Segundo a arguida, o pai a violou repetidas vezes, sobretudo quando a mãe se ausentava de casa por longos períodos.Com ajuda de uma vizinha, denunciou os abusos sexuais do pai, mas a sua situação agravou-se pois passou a ser ameaçada pela família paterna.” (Processo jurídico)

Tal como esboçado anteriormente e vislumbrado neste último caso, se observa que o receio da superexposição, bem como a tentativa de manter a aparente imagem de uma indefectível honra pública, faz com que, muitos destes casos de violência doméstica no Brasil, se convertam em veladas conservações entre vizinhos que - cientes do adágio popular, segundo o qual: *‘Em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher’* - não ousam sequer denunciar anonimamente o agressor. A maioria das brasileiras entrevistadas possuem histórias de vida marcadas pela violência, seja pelo marido ou pela família, mas em um contexto com evidente traço de adversidade, também se pode constatar abandono.

O caminho para a prostituição, como assunção de papéis velados e com finalidades exclusivamente financeiras, reflete uma constante imbricação em algumas das

trajetórias abordadas nesta pesquisa. Destaca-se o relato de Karine que trabalhou como garota de programa desde os 17 anos para o sustento dos filhos. Ela destaca esse episódio como um *passado negro*, pois não via outra alternativa para ganhar dinheiro:

“[...] Não era muito legal! Eu não gostava, era por precisão mesmo. Era por dinheiro, para cuidar dos meus filhos. Fácil não é, porque não é fácil ser garota de programa!”.

A entrevistada afirma que o término do segundo relacionamento foi difícil em razão das inúmeras agressões que estava sofrendo, até que chegou a um ponto que o ex-marido tentou matá-la duas vezes e, para salvar a sua vida e da filha, decidiu fugir. Sem apoio emocional e financeiro do companheiro, Karine então volta a fazer programas para sustentar os filhos e a própria mãe.

Em meio a conflitos de dívidas com drogas, violência doméstica e dificuldades para encontrar um emprego, a brasileira Aira recebe uma proposta de uma amiga para ser garota de programa, com o objetivo de poder ajustar a vida financeiramente. “*Tô na lama, então vou me melar mais um pouco*”, assim ela denomina esse episódio que a marcou profundamente, sobretudo pelo facto de ter começado a consumir drogas. A entrevistada ingressou na prostituição para poder remediar seus problemas financeiros, principalmente para liquidar uma série de dívidas do ex-companheiro, porém, este - ao tomar conhecimento que ela estava fazendo programas - de imediato terminou o relacionamento alegando traição. Sobre este episódio, destaca-se uma citação contada por ela que, de forma inesperada, revelou uma compreensão de gênero sobre a sua própria situação: “*Ele tinha esse negócio machista, que a mulher que trabalha por conta própria é porque tava vendendo o corpo, ou era um cara que tava bancando ela.*”

Nos relatos até aqui abordados se pôde constatar uma dupla característica: A) estruturas familiares comprometidas pela ausência de unidade afetiva ou parental, bem como meios de subsistência informais; B) acúmulo de papéis sociais que, tendentes à conjugação de esforços, ora em um anseio material de suprir a ausência do pai, ora em uma transferência de auxílio e responsabilidade aos avós, revelam a constituição de novas modalidades de família no Brasil contemporâneo, cuja resistência imposta pela mentalidade machista tem-se convertido em um crescente número de violência doméstica contra a mulher, no mais das vezes, extremado em atos de feminicídio.

3.3. Trajetórias do presente: razões e motivações para o ingresso no tráfico internacional de drogas em Portugal.

Segundo Ebo (2008), as drogas são consideradas ilícitas devido aos seus efeitos danosos de dependência, decorrentes de substâncias modificadoras dos estados de consciência (sem usos objetivamente seguros), cujos impactos tendem a afetar não apenas o indivíduo, mas a própria estrutura social na qual está inserido. Atentos às especificidades do consumo destas substâncias que, com efeito, modificam e comprometem os estados normais de consciência, os códigos cíveis e penais dos países signatários da ONU, combatem o tráfico de drogas como a principal causa da disseminação da dependência química e, por extensão, do comprometimento da saúde mental. A legislação portuguesa, em seu artigo 21 do Decreto-Lei n.º15/93, de 22 de janeiro, especifica as situações pelas quais o indivíduo pode ser penalizado, caso implicado em tráfico de estupefacientes, a saber:

“Quem, sem para tal se encontrar autorizado, cultivar, produzir, extrair, preparar, oferecer, puser à venda, vender, distribuir, comprar, ceder, ou por qualquer título receber, proporcionar a outrem, transportar, importar, exportar, fizer transitar ou ilicitamente detiver as substâncias tipificadas na lei como drogas ilícitas, estará praticando o crime de narcotráfico.”

Tais crimes constituem ilícitos relativamente comuns, com previsão formal, praticáveis por ação ou por omissão, por ordem de perigo abstrato, doloso e congruentes, de maneira que para a prática delituosa correspondente, não se torna necessário que o agente tenha intenção lucrativa, bastando para tal, contrariar o tipificado no artigo supracitado. Em razão disso, o mero desconhecimento da lei não se torna um atenuante.

O pano de fundo do tráfico internacional de drogas está relacionado a uma trama específica, na qual tangenciam países produtores e países consumidores, ou mais especificamente, a necessidade de satisfazer um mercado ilícito e paralelo, cujos principais atores se diluem em uma rede de impessoalidade. Ressalta-se que o desenvolvimento do narcotráfico tem uma grande ligação com os ciclos regulares da economia, apesar de reordená-los sob as leis do incentivo perverso, de modo que o dinheiro oriundo da droga (correspondente às regras do sistema financeiro) revela um consumo exacerbado de um lado e os meios informais para satisfazê-lo do outro⁴⁹.

⁴⁹ Curiosamente, estes últimos necessitam, cada vez mais, da dependência e do vício para suprir uma demanda, enquanto esta, depende de situações ociosas (no mais das vezes, em meio a momentos de lazer) capazes de custear estados alterados de consciência. Como necessita de um fluxo de demanda ociosa para desencadeá-lo, o tráfico de drogas traz consigo um efeito curioso: o contraste que se dá entre os mais abastados, que o consomem

Dentre os estupefacientes transportados pelos correios de drogas⁵⁰, em meio a essa frenética espiral de demanda e informalidade, destaca-se o tráfico de cocaína, principalmente, pelo carácter relativamente discreto atribuído a esta droga, que dá ao usuário a aparente impressão de consumo sem os indícios comprometedores das demais. Em razão de seu *status*, como opiáceo de consumo relativamente imperceptível, a cocaína tornou-se, desde os anos 70, uma das drogas mais utilizadas, sobretudo, entre os mais jovens que, ávidos por aceitação grupal, se submetem aos riscos constantes da aventura e desafios à ordem estabelecida como modos de transgressão contrários à vida adulta. Segundo os dados do relatório de Combate ao Tráfico de Estupefacientes em Portugal-UNCTE (2017), a quantidade de cocaína apreendida em 2017, assinalava um aumento de 161,3% em comparação com o ano anterior, sendo que, no total, as autoridades nacionais conseguiram apreender aproximadamente 2,73 toneladas.

No transporte de cocaína, a via marítima continua a ser a mais utilizada, sobretudo, quando se trata de elevadas quantidades, atingindo assim 2.444,82 kg, que corresponde a 89,4% de toda a cocaína apreendida em Portugal. Já a via aérea mantém-se como o segundo meio de transporte mais relevante, totalizando 253,18kg. Ainda segundo o relatório, as rotas do tráfico configuram uma diversidade de origens, sendo que a posição geográfica não deve ser preterida, tendo em vista que, no tocante ao tráfico de cocaína, o maior fluxo obedece o eixo América do Sul (devido a países cultivadores do insumo da cocaína, a coca, por países como Colômbia, Peru e Bolívia) em direcção à Europa.⁵¹ Intermediando tal fluxo, o Brasil ocupa uma posição estratégica que, além de costa marítima e extenso litoral com rotas alternativas ao escoamento da droga, ainda se encontra em zona de fronteira aos países produtores do refino da cocaína.

Ademais, a herança da língua e a condição geopolítica de Portugal como ‘porta de entrada’ à Europa, faz com que o tráfico recrute o maior número de brasileiro(a)s, em situação

e os mais carenciados que o suprem, cuja espiral se renova e se move velozmente, sobretudo, porque circula sem taxações ou encargos (Coggiola *citado por* Ebo, 2008:52).

⁵⁰ Inúmeros métodos são utilizados para o transporte de estupefacientes e, dentre eles, existe o chamado *correio de droga*, ou pode ser denominado também como “mula”. Este método tem sido a prática mais comum devido à rapidez na forma da entrega, entretanto, este tipo de transporte tem provocado um recrudescimento na taxa de encarceramento, e consequentemente tornou-se uma preocupação a nível de contenção. Destaca-se que há correios de droga que trabalham por conta própria, ou seja, são proprietários da droga e ao mesmo tempo realizam o transporte (*self-employed*). Por outro lado, existe os casos mais comuns de correios de droga que apenas atravessam a fronteira para fazer a entrega, sendo que nesse caso o *facilitador* não conhece todos os meandros da organização criminosa, seja na quantidade transportada ou mesmo interesse comercial nos estupefacientes.

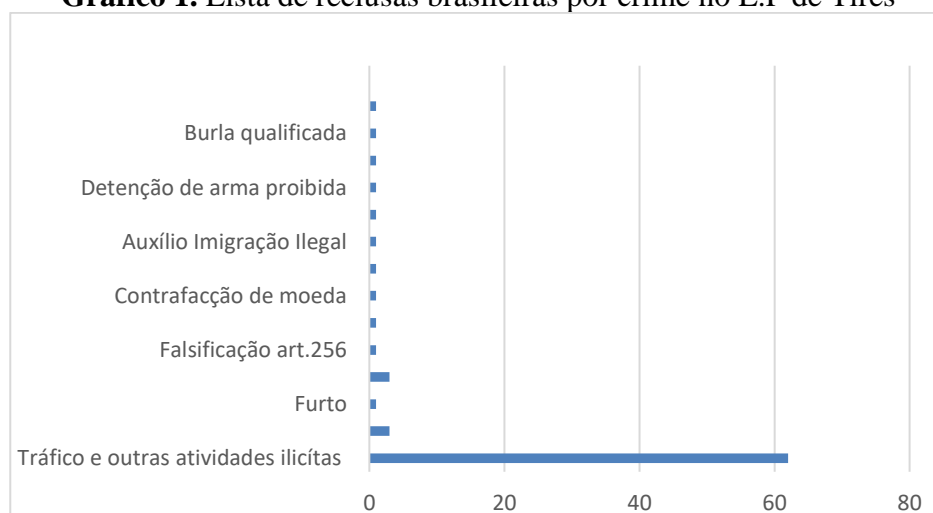
⁵¹ Afirma Ebo (2008) que a cocaína chega ao solo europeu através do Brasil, África Ocidental, Jamaica e Caraíbas.

de vulnerabilidade social e maior exposição a riscos, no que desencadeia o processo ulterior de captura, julgamento e prisão em solo estrangeiro. Decorre dessa composição o facto de que parte expressiva das brasileiras, encarceradas no Estabelecimento Prisional de Tires, responde pelo crime de tráfico internacional de drogas (**gráfico 1**). Apesar dos dados expressivos, as reclusas entrevistadas não se identificaram como traficantes, e sim como *correio de drogas*, pois na visão delas, a função que elas eventualmente exerceram no contexto da travessia até Portugal, quiçá, tenha sido ínfima (para não dizer: accidental) se comparado às funções exercidas dentro da organização criminosa com sua rígida hierarquia. Destacando-se a fala da Patrícia se percebe o modo como o ato delituoso fora assimilado:

“[...] Na realidade, aqui, como correio, teria que ter sido seis meses, mas aqui eles não colocam como correio e sim no artigo 21. Eles colocam todas as brasileiras como traficante, e não somos traficantes, e sim correio! Tanto é que em Paris fica apenas seis meses. Aqui é pena de quatro a doze anos. Pra gente, a gente fala correio, mas não somos traficantes! Tem um valor para o correio e para o tráfico! Aqui é correio, mas na acusação lá do juiz é tráfico.”

Todavia, os acórdãos judiciais sobre o tráfico de drogas internacional apontam para o facto de que o *correio* é uma peça fundamental no mercado de estupefaciente, sendo através dele que, a determinado nível, se processa a circulação dos entorpecentes, o que o faz assumir um papel intermediário no circuito da distribuição. Portanto, na visão dos magistrados, o facto das arguidas serem “correios” não atenua a culpa, já que o transporte da droga, a troco de remuneração pecuniária, é tão ou mais grave do que a sua venda direta.

Gráfico 1. Lista de reclusas brasileiras por crime no E.P de Tires



Fonte: gráfico produzido pela autora (2019).

Já no que diz respeito às circunstâncias que levaram ao correio de estupefacientes, as entrevistadas relataram que, por não integrar a rede e muito menos conhecer quem a

compusesse, receberam a proposta de um conhecido que, aliciando-as com propostas financeiras vultuosas, atribuíram um caráter menos comprometer à oferta até que, com a ênfase no valor pecuniário a ser entregue, as convencessem. É o caso das reclusas Ágata, Andreina, Melissa, Verônica, Patrícia, Aira, e Marilva que foram aliciadas por conhecidos para transportar cocaína do Brasil à Europa: “[...] *Um rapaz que conheci, mas não tinha muita intimidade, ele fez essa proposta de trazer droga, disse que era seguro e que não teria problema [...]*” - Entrevistada Andreina: 125 – 125.

Em muitos casos, as brasileiras entrevistadas não possuíam históricos de viagens internacionais, de maneira que o processo iniciou-se com a emissão do passaporte (pago, prontamente, pelos intermediadores) que, desse modo, selaram um acordo inesperado com a “mula” e a organização criminosa, enredando-as e comprometendo-a em uma espiral retroativa de dívidas, que, caso desfeito por obra de algum arrependimento, só seria efetivado com o pagamento de todos os custos da organização: do passaporte emitido às passagens pagas. Em caso de desistência, os intermediadores da organização criminosa ameaçam assassinar os filhos ou os pais dos correios, cujos nomes e endereços são acessados pela organização desde o recrutamento por amigos ou conhecidos próximos àqueles.

Por outro lado, há uma grande parcela de entrevistadas que receberam a proposta através de amigos e pessoas mais íntimas, como é o caso das entrevistadas Beatriz, Hécate, Fernanda, Jéssica, Raila Beatriz, Sthephanny, Maria Clara, Ingrid e Karine:

“[...] Foi uma colega minha que tinha feito uma viagem. Ela foi pra Paris e deu certo, tanto que ela ajudou a mãe dela reformar a casa, e aí ela me falou dessa viagem. No começo, eu fiquei na dúvida se eu fazia ou não. E depois ela disse que era muito bom, que conhecia o cara e que ele era gente boa, tanto que nessa altura, ela namorava com esse cara (Entrevistada Raila Beatriz: 102 – 102).”

Relatos semelhantes ao de Raila Beatriz demonstram que propostas feitas por pessoas mais próximas dificilmente são recusadas, justamente pela confiança depositada na pessoa do aliciador. Muitas ainda relatam que foram enganadas por amigas, já que, tendo em vista a pouca quantidade de droga transportada, jamais suspeitaram uma prática comum entre as organizações criminosas: aliciar um correio sem antecedentes criminais e sem histórico de viagens internacionais para - pela comoção e atenção desencadeadas nos aeroportos - facilitar a passagem de maiores carregamentos.

Apesar do caráter criminoso, os papéis reservados a essas mulheres, duplica igualmente muito da condição subalterna que goza a mulher na sociedade brasileira. Observou-se que a posição dos correios de drogas ou mulas, em uma eventual distribuição hierárquica de tarefas, desempenha uma função peculiar, pois que, sendo mulher, só parte

para as etapas seguintes às primeiras instruções (como a recepção da droga e modos de se portar no aeroporto) se passar anteriormente por um diálogo severo e truculento com homens que intermediam o processo. É o caso da entrevistada Hécate, que atribui ao machismo o facto de não dispor das informações referentes ao transporte:

[...] Não entendia! Eu tive problemas pessoais com a pessoa que me deu a mala. **Machismo** de novo, e ele agia como se eu fosse uma retardada. É que...é complicado! Tudo eles passavam para o rapaz. Tudo! É sério mesmo! Porque é o machismo... Eu ouvia que as operações estavam dando errado *por causa das meninas*. Então, tava direto com aquele: “Cuidado!” [...]

Destacar a posição da mulher como mero instrumento de transporte, nos dá uma relativa compreensão sobre certa perspectiva de género que, ora se valendo da mulher por sua condição insuspeita, ora por sua inesperada inserção do mundo do crime, não destoa de todo de sua subalternidade. Em razão disso, um dos momentos mais humilhantes referentes a tal posição subalterna, se deu na forçosa necessidade de ingestão das cápsulas de cocaína, em muitos casos inseridas nas partes íntimas.

Enfatizar a vulnerabilidade sofrida por essas mulheres permite também destacar a situação que elas vivenciaram no Brasil e, ao mesmo tempo, identificar quais as motivações que a fizeram aceitar o transporte de drogas. Como já foi citado no tópico anterior, uma grande parcela das entrevistadas advém de uma estrutura com elos afetivos desfeitos, marcados pelo abandono do companheiro; situação adversa que, exigindo-lhes meios materiais de subsistência (em função da concentração de papéis para com os filhos) as expuseram conscientemente aos riscos da ato delituoso. Entretanto, destacadas a hipossuficiência e concentração de papéis, algumas entrevistadas apontaram outras motivações para o transporte, em determinados casos, estimuladas ou pela expectativa de consumo perdulário com a aquisição da volumosa quantia em dinheiro, ou pela chance de quitar dívidas pregressas com agiotas.

Nesse sentido, considera-se como parâmetro de análise o conceito de *feminização da pobreza*⁵², que pode ser corroborado a partir das histórias dessas mulheres, sobretudo, pelos relatos frequentes sobre as dificuldades de atenção material aos filhos e meios de subsistência. É o caso da brasileira Ágata que não pensou duas vezes na hora de aceitar o transporte, pois seu maior desejo era o de obter, o quanto antes, uma estabilidade financeira:

⁵² Feminização da pobreza foi um termo cunhado pela socióloga e criminóloga Diane Pearce, em 1978. A tese principal diz respeito às dificuldades de inserção da mulher no mercado de trabalho, além da vulnerabilidade enfrentada quando estas são as únicas provedoras do lar. A perspectiva de Pearce é que este ciclo gera uma espiral comprometidora de pobreza que implica, negativamente, as mães provedoras do lar.

“[...] *Eu aceitei de imediato! Pensei em tirar a minha família da miséria*” (Entrevistada Ágata: 68 – 68). Os relatos de Marilva, Melissa, Patrícia, Sthephanny, Hécate, Mariana, Karine, Ingrid, Andreina e Jéssica destacam as dificuldades financeiras como maior motivação para a realização do transporte de drogas, entretanto, há especificidades nessas adversidades que merecem ser contempladas como: situações que envolvem doença na família, busca por melhores oportunidades de trabalho, bem como o anseio da aquisição de segurança financeira aos filhos. A partir desse contexto, destaca-se o relato da Ingrid:

“[...] Foi na hora do desespero e eu aceitei. Eu tava precisando para montar o meu negócio. Tinha dias que eu tinha descoberto que a minha filha estava com diabetes e ela começou a fazer o tratamento pelo governo, mas demora muito, logo, ela tinha que fazer tratamento no particular. Aí, acabei indo! Infelizmente eu não pensei... Eu pensei apenas que daria certo, que voltaria e a minha filha faria o tratamento. Em nenhum momento eu pensei que daria errado!”. (Entrevistada Ingrid: 56 – 56)

Apesar desse padrão, há situações atípicas que, radicadas na configuração de famílias assumidas por casais homossexuais, se converteu em outra ordem de motivações. A entrevistada Maria Clara foi presa com a sua esposa, com efeito, ambas nutriam o desejo de ter um filho, cujo anseio seria possível por meio de uma fertilização. Entretanto, a impossibilidade de pagar este procedimento fez com que elas aceitassem fazer o transporte de cocaína em troca do valor combinado:

“[...] Nós tínhamos muita vontade de ter um filho, só que a gente sabia dos custos que se tem pra ter um filho, e foi por isso que optamos. A gente só fez isso porque queríamos ter um filho e o processo de fertilização é caro.” Entrevistada Maria Clara 141 - 141.

Em relação a este desejo de submeter-se a uma fertilização, Maria Clara, que já tem um filho de outro relacionamento, destacou uma mágoa com a própria família, que nunca aceitou a sua orientação sexual. Em razão disso, na expectativa de puni-la pela manifestação de seus afetos, os avós maternos decidiram tomar a guarda do seu filho, impedindo-a de criar vínculos afetivos com a criança. Além deste facto, a entrevistada também relata inúmeras situações de discriminação por parte da família, tendo chegado ao ponto de ter sido rejeitada como filha por seus próprios pais.

Segundo Becker (1993), a história de vida contada pelos seus atores é uma mensagem viva e vibrante que nos fornece uma riqueza de detalhes, capaz de reorientar e lançar luz sobre o aparentemente pronto e estagnado. Avaliando os relatos das entrevistadas se pôde contestar a dúplice impressão de que: tais mulheres não são criminosas contumazes, pois, apesar da natureza devastadora das drogas em contexto social, todas apresentam uma vida sem passagem pela polícia ou envolvimento anterior com a criminalidade, no que as

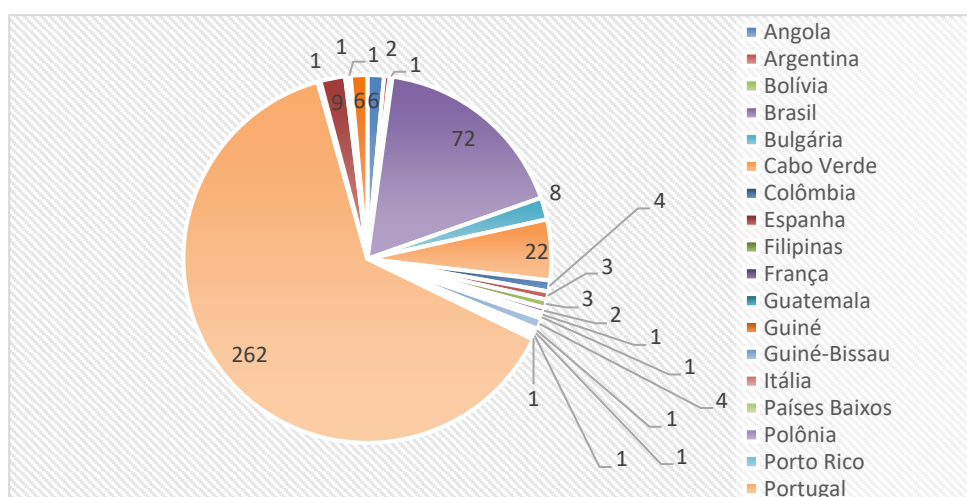
destacam como rés primárias, bem como o facto de que, em razão dessa mesma especificidade, o tráfico as recrutam pela condição ligeiramente insuspeita dali decorrente.

Ademais, em meio à organização criminosa e sua hierarquia, se pôde observar um espelhamento da posição da mulher brasileira que, em condição de subalternidade, ocupa uma série de papéis relativamente inexpressivos, no mais das vezes, compensados pelas linhas auxiliares que muitas delas cumprem como esposas de líderes de facção e chefes de ‘bocas de fumo’.

3.3.1. O cotidiano das reclusas brasileiras em Tires

Com lotação para até 633 reclusas, o Estabelecimento Prisional de Tires possui atualmente cerca de 418 encarceradas⁵³. A população reclusa deste E.P é constituída por mulheres com faixa etária de 18 a 79 anos de idade, sendo que a maior parte é proveniente de várias regiões do país, de modo que, em dados quantitativos, as reclusas portuguesas representam a maioria, com cerca de 262 reclusas (63%). Destaca-se uma relevante parcela de reclusas provenientes de outros países, em especial do Brasil, que corresponde ao quantitativo de 72 brasileiras (17%) em relação às demais (**gráfico 2**).

Gráfico 2- Lista de Reclusas por Nacionalidade (E.P de Tires)

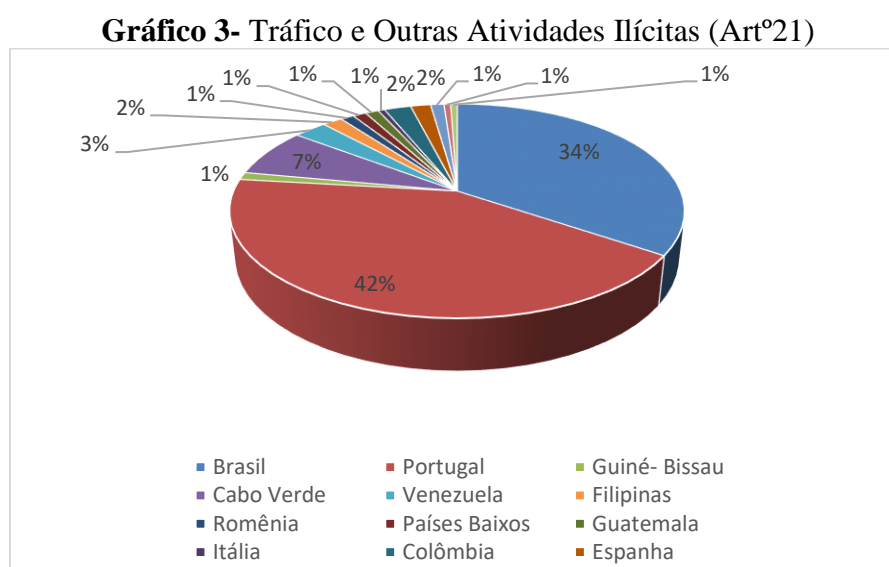


Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir de dados disponibilizados pelo setor administrativo do E.P de Tires (2019).

No tocante à tipologia do crime cometido por reclusas estrangeiras e nativas, observa-se que as de nacionalidade brasileira apresentam uma maior incidência nos crimes

⁵³ Até a data de 30 de maio de 2019.
Sarges, 2019.
ISCSP/ULISBOA

relacionados ao tráfico de estupefacientes, representando cerca de 34% contra 42% das reclusas portuguesas (**gráfico 3**). Ressalta-se que muitas das reclusas brasileiras são estrangeiras, e não imigrantes, ou seja, não possuem residência nem atividade profissional em Portugal. Apesar da ressalva, a relação entre imigração e criminalidade não foi constatada no perfil das reclusas brasileiras, disponibilizados pela administração prisional de Tires, cuja modalidade mais frequente é da ordem de mulheres que estão presas ‘em trânsito’.



Fonte: Gráfico produzido pela autora a partir de dados disponibilizados pelo setor administrativo do E.P de Tires (2019).

As reclusas entrevistadas pertencem a esta maior parcela de estrangeiras presas pelo crime de tráfico de estupefacientes, o que, no contexto prisional, notabiliza as brasileiras por atos delituosos desta natureza. Há casos de entrevistadas que já se conheciam eventualmente desde o Brasil, no entanto, por uma ironia do destino – como elas mesmas viriam a dizer - acabariam sendo presas pelo mesmo delito, sem prévias suspeitas mútuas. Aliás, no contexto estrangeiro a que tais trajetórias estão implicadas, não se pode preterir o facto de que, das vinte entrevistadas, esse é o primeiro contato com uma prisão, cujo agravante se dá pela distância intercontinental das respectivas famílias e amigos.

A permanência numa prisão não é um processo fácil, de modo que deixa marcas profundas não somente na vida das reclusas, mas na estrutura familiar como um todo. Ao serem indagadas sobre a rotina em Tires, a grande maioria descreveu inúmeras experiências negativas, incluindo a falta de trabalho para custear as próprias despesas na prisão, além do facto das já relatadas dificuldades financeiras de origem, o que acaba por agravar o quadro de

escassez material, constante na onerosa conversão cambial do real para o euro, como no caso da brasileira Ingrid:

“[...] Como eu posso pedir no outro mês mais cinquenta euros? Eu vou é estar tirando da boca dos meus filhos. Se eu tivesse uma oportunidade, eu não tiraria da boca deles. E cinquenta euros no Brasil é muita coisa [...]” - Entrevistada Ingrid: 91 – 91.

Por outro lado, a rotina de quem exerce funções laborais é vista como uma experiência positiva, já que é através dela que as reclusas podem garantir a subsistência na prisão, além de eventualmente ajudar a família.

A rotina nas oficinas também possui a sua parcela de ganhos na vida intramuros das brasileiras, pois assim elas conseguem *driblar* o tempo, seja sublimando a saudade dos elos afetivos, seja encontrando meios para atribuir sentido ao próprio confinamento. A partir dos relatos de Aira, Ingrid, Marilva, Jéssica, Melissa, Verônica, Sthephanny e Mariana, constata-se que as oficinas têm-se apresentado como verdadeira mais-valia:

“[...] Adoro! A guarda que cuida da oficina é um amor comigo. A gente tem uma relação boa, nem digo que é de guarda e reclusa. Ela me respeita muito como pessoa e eu também. Ela me dá uma oportunidade para que eu passe o tempo sem pensar besteira e ocupar a minha mente...E aprendo as coisas! E eu faço malas, aqui eles falam malas, mas eu faço bolsas. [...]” - Entrevistada Mariana: 162 – 162.

Já em âmbito particularmente feminino, bem como da necessidade de assistência e cuidados com higiene específicos, e que, com efeito, aponta para o caráter relativamente masculino da estrutura prisional, a brasileira Hécate descreve-a nestes termos: “*Parece que não sabem como funciona o corpo de uma mulher!*”. No que diz respeito às assistências básicas concedidas pela administração prisional, a maior parte relatou que dificilmente recebe, e quando os pedidos são atendidos pelo sector administrativo, dizem que foram feitos à base de muita insistência. Segundo Cunha (1994), as reclusas assimilam a assistência como algo incerto e aleatório, não apenas pela situação de clausura em si, que a tudo tende a tornar invisível, mas, sobretudo, porque as marcações de consultas ginecológicas, por exemplo - como se observou em Tires - é sazonal e dificultada por uma série de interposições burocráticas avocadas pelo estabelecimento prisional.

Se as mulheres enfrentavam dificuldades financeiras fora da prisão, de modo semelhante, estes problemas se mantêm na vida intramuros. As que possuem poder de compra conseguem ter vantagens em relação às demais, e assim usufruem da cantina, já as que não dispõem de recursos, dependem do auxílio da administração prisional.

No relato das entrevistadas, os pedidos mais frequentes referem-se aos serviços clínicos e aos kits de higiene que são entregues de forma esporádica, como é o caso da reclusa Aira:

“[...] Ainda não fui no ginecologista e já pedi pra ir. Já falei de umas dores que eu tenho aqui na parte do útero. Não fui ainda, só fui no clínico geral...E ela passou pra eu ir no ginecologista, mas não fui ainda. Tem outras meninas que precisam, mas até agora não foram [...] - Entrevistada Aira: 297 – 297.

A maioria das brasileiras, além das demais estrangeiras, relatam inúmeras dificuldades a respeito das vestimentas, tendo em vista a impossibilidade de utilizarem as próprias roupas apreendidas na mala de viagem, no que resulta na solicitação do envio de outras peças de roupa às respectivas famílias. Elas afirmam que, na maioria dos casos, as encomendas ficam retidas na alfândega e sem a possibilidade que alguém as retirem:

“[...] Aqui na administração, eles botam empecilho em tudo, questão de encomenda, cartas. Tudo é difícil pra chegar algo do Brasil pra cá, principalmente roupa. Tanto que agora estamos cortando as calças, pois eu não sei se vamos tá aqui no inverno, e outra, viemos com roupas para 10 dias...E essa blusa aqui que tô usando é da Letícia! E aí, a gente lava as roupas de noite para estar seca no outro dia. E assim usamos a mesma roupa!” (Entrevistada Bianca: 379 – 379).

Avaliando a prisão como uma sociedade que se constrói, paralelamente, dentro da sociedade, o sociólogo Gresham Sykes destacou o efeito decisivo de uma cultura prisional – caracterizado por um sistema de valores – que regulam o funcionamento interno da adaptação dos que chegam às normas dos mais velhos. Segundo Sykes & Messinger (1960), os códigos sociais possuem várias especificidades, dos quais, o mais característico é o da solidariedade entre os cativos⁵⁴. Em relação às reclusas brasileiras, a *solidariedade* revelou-se prevalecente nos relatos, sobretudo, no que diz respeito ao suporte de produtos básicos, como alimentos, roupas, kits de higiene e até mesmo tabaco. As práticas mais comuns, no convívio entre as reclusas brasileiras, têm sido caracterizadas por uma ajuda mútua informal, em que, apesar das relativas dificuldades da formação de elos de amizade mais sólidos⁵⁵, mostram as

⁵⁴ Cunha (1994) reforça esta tese ao afirmar que a cultura penitenciária surge como uma adaptação e meios de flexibilizar as rígidas provações exigidas pela vida prisional, o que acaba por restaurar a autoimagem e consequente senso de pertença a um grupo.

⁵⁵ Sobre o convívio entre as reclusas brasileiras, algumas afirmaram que, na prisão, raramente se faz amizade, em contrapartida, há outras entrevistadas que criaram vínculos intensos, como é o caso da Patrícia que, em meio aos problemas familiares, acabou criando fortes laços com uma reclusa idosa, que para ela tem sido uma mãe. [...] *São três brasileiras e uma senhorinha portuguesa. Ela é uma mãe pra gente! Ela tem um coração enorme...E quando a gente come um pão, ela diz logo pra colocar umas coisas no pão...Ela abre logo o armário e pega as coisas e dá pra gente! Ela é uma pessoa espetacular! Tanto eu quanto a minha amiga de cela vamos levá-la para o resto da vida! Se fosse o caso de trocar de mãe, eu trocaria! Eu queria que ela fosse a minha mãe. Sim!* [...] (Entrevistada Patrícia: 135 – 136).

brasileiras como que dispostas a certo espírito fraternal. Assim é o caso da entrevistada Aira que, na dificuldade de obter assistência do estabelecimento, vem recebendo ajuda de outras brasileiras:

“[...] Porque a gente faz o pedido e não vem, aí uma menina se compadece e dá pra gente, principalmente quando têm muitas brasileiras, é assim...ajuda a gente. Esse mês eu recebi o que as meninas me deram [...]”. (Entrevistada Aira: 293 – 293).

O sociólogo Coelho (2005), ao investigar sobre as prisões do Brasil, identificou que na falta de assistência do Estado, os reclusos desenvolvem uma *economia delinquente*, isto é, uma constante troca de mercadorias que favorece a cumplicidade entre os presos, suprimindo assim as eventuais necessidades surgidas no contexto prisional. Em contrapartida, segundo o regulamento do E.P de Tires, as trocas de objetos entre as reclusas são proibidas e passíveis de punição, todavia, se constatou que a solidariedade entre elas não se encaixa numa relação de permuta ou meios de aquisição de benefício material⁵⁶ pois, segundo os relatos, há um código informal vigente de ajuda desinteressada a quem não dispõe de condições.

Outra especificidade que se pode constatar no cotidiano das reclusas brasileiras, é a questão da condição e a dificuldade de *ser mãe* na prisão que, com efeito, representa uma mudança decisiva nos papéis assumidos por estas mulheres. Além da sobrecarga do ambiente prisional, as reclusas, especificamente as estrangeiras, deparam-se com a distância dos elos afetivos, tendo apenas o contato telefônico de cinco minutos para abrandar a saudade da família. Todas as vinte entrevistadas afirmam que a experiência de ser mãe na prisão tem sido a maior das tribulações, pois, segundo os relatos, predomina uma sensação de impotência decorrente da falta de acompanhamento ao desenvolvimento dos filhos, como pode ser constatado na fala de Anne:

[...] É péssimo, porque cada dia aqui dentro, perde-se uma novidade, um aprendizado dela. É como se eu tivesse congelada no tempo! Lá, ela está vivendo e descobrindo coisas novas a cada dia, e eu não estou acompanhando. Ela faz aniversário em setembro, e nesse mesmo mês foi a primeira menstruação dela (*período*) e, é essas coisas que eu queria estar perto, sabe? Eu não tô perto, porque o mesmo acompanhamento que a minha mãe me deu, eu queria dar pra ela.” (Entrevistada Anne: 58 - 58)

Ao mesmo tempo, em decorrência da assimilação do papel de mãe comprometido pela distância, há um arrependimento pelo delito cometido, tanto no sentido da imagem, que

⁵⁶ Pelo facto de não ter sido constatado, isto não quer dizer que esta troca informal seja praticada por elas, nem mesmo negar que negócios clandestinos não sejam uma realidade comum nas prisões. Porém, ocorre que fiscalização é intensa e, no caso das reclusas estrangeiras, há o receio de serem punidas (*levar participação*) e com isso serem prejudicadas em seus respectivos processos judiciais.

passa a ser questionada pelos próprios familiares⁵⁷, bem como à transferência de papéis que, francamente assumidos pelos avós maternos, diminuem em contrapartida as suas próprias funções enquanto mães. No tocante a essa inesperada transferência, em alguns casos se pôde observar um receio de que, em razão da ausência, não serem reconhecidas quando regressarem ao seus respectivos lares, de modo que se destaca a fala da entrevistada Sthephanny:

“[...]Eles continuam sendo os meus filhos mesmo estando com a minha mãe. Eu sei que quando eu sair daqui, ele não vai saber que sou a mãe dele. Ele vai achar que a minha mãe é a mãe dele! Agora ele tá com sete meses, acho que ele deve achar que a minha mãe é a mãe dele! Mas eles vão continuar sendo meus filhos.” (Entrevistada Sthephanny: 46 - 46).

O medo, a impotência, o arrependimento e, sobretudo, o papel de mãe dificultado pela distância, têm sido os maiores fatores de desestabilização emocional das reclusas brasileiras, aliás, das estrangeiras em geral, já que na maioria dos casos, elas não recebem visitas dos familiares, tendo apenas que utilizar meios de comunicação como: ligações telefônicas, cartas e, recentemente, o uso do *Skype*.⁵⁸

“*Se lá fora é difícil ser mãe, imagina aqui dentro?*”, é com esta indagação que a entrevistada Andreina descreve o que significa ser mãe na prisão e, no caso dela, a experiência tem sido dupla, já que além de ter uma filha fora da prisão, ela também está vivenciando a maternidade no próprio ambiente prisional. Segundo Cunha (1994), a permanência das crianças junto da mãe amortece o choque e suaviza a vivência prisional, não se sentindo estas tão sozinhas ou desamparadas, ajudando-as a ultrapassar o ambiente prisional e, muitas vezes, fazendo-as desejar ser melhores pessoas, não só durante a pena, como após o confinamento. Diferentemente das outras entrevistadas que estão nos pavilhões, Andreina está na Casa das Mães e, segundo ela, é o lugar mais humanizado da prisão, pois o contacto com a filha ameniza as dores do encarceramento. Em contrapartida, cuidar do filho na prisão traz à tona um sentimento de culpa, já que o ambiente é impróprio para um crescimento de uma criança:

⁵⁷ Apesar da maioria das entrevistadas relatar que possui um convívio estável com os filhos, pesa a questão do diálogo sobre o encarceramento, de modo que muitas decidem escamotear a situação real para não comprometer a imagem de mãe, bem como o seu respectivo papel em âmbito familiar, daí porque muitas preferem dizer que estão “viajando a trabalho” ou “estudando em outro país”.

⁵⁸ Muitas foram as reclamações a respeito do uso do telefone que, além do tempo curto, por vezes as ligações ficavam comprometidas por problemas de sinal, desgaste que acaba por se converter em contenciosos internos entre as reclusas. O uso do *Skype*, apesar de ser uma grande inovação no sentido de amenizar a distância, também tem sido motivo de reclamação entre as entrevistadas, devido aos intensos pedidos feitos, notificados, mas jamais atendidos.

“[...]A única coisa que me distrai aqui é ela, tipo, eu tenho um sentimento de culpa, tanto que todos os dias eu penso que poderia ter dado o melhor pra ela, em vez dela estar aqui dentro.” (Entrevistada Andreina: 78 – 78).

3.3.2. Relatos de discriminação em contexto prisional

Ao serem questionadas sobre as possíveis dificuldades em ser presa e brasileira, a grande maioria das entrevistadas destacou a *discriminação* provocada, regularmente, por parte de alguns guardas prisionais e também estimulada por reclusas portuguesas. No que diz respeito às mulheres brasileiras, persiste um imaginário latente que as vinculam à prostituição e às drogas:

“[...] Eu sinto dificuldades. Acredito que 80% desse estabelecimento é brasileira e é droga! Então, isso acaba prejudicando a imagem. Quando eu vim, eu disse que tinha vindo pra cá pra ver o meu marido. Aí a menina foi logo dizendo que pelo facto de estar ligada à droga, é que tive condição de vim pra cá.” (Entrevistada Hellye: 108 – 108).

Apesar dos relevantes índices de brasileiras que cometem o crime de tráfico de estupefacientes, o descontentamento delas se dá pelo facto de criarem estereótipos como *mafiosas, perigosas e pouco confiáveis*. Acrescenta-se os episódios de discriminação social em relação às brasileiras, ou seja, além do facto das reclusas ouvirem termos pejorativos sobre local de origem, ainda é comum os discursos de teor xenofóbico sobre um possível padrão de comportamento das mesmas. Sobre esta situação, destacamos a fala da entrevistada Hécate:

[...] É difícil, eles tratam a gente diferente, eles são xenofóbicos com a gente. Por exemplo, comigo não chegou a ser assim, mas se você é brasileira...Pra eles o meu comportamento é diferente. Geralmente, a brasileira tem um padrão de comportamento! Se você é mais pra frente, bate de frente, já começa a te tratar diferente. As guardas são xenofóbicas, falam mal do comportamento, de você vir desse país.”(Entrevistada Hécate: 330 – 330).

Muitos são os trabalhos que abordam a imagem veiculada da mulher brasileira, sobretudo, à que diz respeito às imigrantes que escolhem Portugal para residir. É neste contexto que a mulher brasileira possui a idealização de características bem específicas que, provenientes da herança colonial, ora a vinculam à alegria eufórica, ora à erotização. Ressalta-se que no presente trabalho, a discussão sobre a discriminação contras as brasileiras surgiu como um tópico inesperado e emergente, pois, através dos relatos das reclusas, foi possível perceber que a prática da discriminação não apenas como uma constante extramuros.

Na maioria das entrevistas foi questionado se a discriminação era contra a estrangeiras como um todo, ou se era exclusivamente com as provenientes do Brasil. As

respostas foram enfáticas, sobretudo, quando convergiam à impressão de que o tratamento para com as brasileiras é diferenciado, como se houvesse o reforço de certa naturalização ao modo de ser da mulher brasileira que, a precedendo, já a rotula de *per se*: “[...] *Há uma discriminação muito grande com brasileira. As estrangeiras sofrem aqui, mas a brasileira é o foco delas.*” (Entrevistada Raila Beatriz: 120 – 120.)

Já a reclusa Anne narra uma situação constrangedora:

As portuguesas dizem que a maioria das meninas que vem pra cá, é para fazer prostituição. Aí, a maioria pensa assim! Teve uma portuguesa que falou para uma brasileira a seguinte coisa: “- *Ah, se tu tivesse vindo pra cá para se prostituir era até melhor do que vim trazer drogas*”. Entrevistada Anne: 149 – 149.

Um facto curioso acerca da construção dessa imagem da reclusa, diz respeito às proibições referentes ao modo de se vestir, que acarreta certos interditos, como, por exemplo, o uso de vestidos ou peças de roupas que evidenciem ligeira sensualidade. Segundo os relatos de Jéssica e Bianca, há uma certa implicância por parte de algumas guardas prisionais sobre o que devem ou não vestir, isto é, as representações propagadas da imagem da mulher brasileira ainda são associadas à sensualidade e ao erotismo:

“[...] As portuguesas, por exemplo, podem usar vestido curto, e as brasileiras não podem. Porque não podemos usar as mesmas roupas que elas? Direitos iguais pra todas as reclusas! Só porque a gente é brasileira fica mais pesado pra gente! As brasileiras aqui também não são unidas...Quando eu entrei aqui eu vi que era diferente! [...] Entrevistada Jéssica: 119 – 119.

Numa espiral que parte da mais remota vulnerabilidade social e familiar, sob a qual, mulheres pauperizadas são enredadas nas tramas de organizações criminosas que, ambicionando-as pela ausência de vida pregressa criminal comprometedora, e cuja captura por autoridades portuguesas as levam até o Estabelecimento Prisional de Tires, de modo a cumprir uma pena agravada pela distância dos familiares, tem sido basicamente esse o quadro enfrentado por essas mulheres. Sobre cada uma delas se projeta ainda uma série de discriminações internas que, comprometendo-as desde o corpo, as marcam decisivamente, dispondo-as em papéis secundários e correlatos aos de origem. Um exemplo disso está no discurso de Ágata que, ao falar sobre a forma como percepçiona *o que é ser presa e brasileira*, destaca a frase que mais ouve com frequência: “*Falam que brasileira é tudo puta!*”, frase que revela o caráter obscuro e velado que envolve o caráter expiatório de tal atividade.

De forma sumária, as discriminações em meio prisional são experienciadas pelas brasileiras como um agravante à distância da família, à vida num país estrangeiro e à consequente adaptação às regras da prisão. A entrevistada Melissa destaca essa dificuldade em ser presa num país estrangeiro:

“[...] É uma confusão! E ser mulher é mais complicado...É porque em Portugal o povo é machista. Presa vivendo num país machista como se estivesse dando as costas para o meu filho. É pesado e confuso! Pelo facto de ser mãe, parece que você deixou o seu filho...Confusa porque é uma confusão só, você está num país distante e não conhece as leis, não tem como debater com as leis daqui. Muitas das vezes temos que aceitar coisas que lá (Brasil) não aceitamos. Aqui você é mulher e tem que aceitar isso é por isso que é confusão; Você tem que cumprir a lei, você é mulher, é brasileira!”(Entrevistada Melissa: 142 – 142).

3.4. Trajetórias do Futuro: perspectivas de uma vida fora da prisão

A perspectiva de futuro entre as reclusas nos leva à impressão de que, avaliando o encarceramento e as questões relativas ao passado, bem como o presente, só resta para cada uma delas aquilo que se poderá fazer em um momento posterior como um modo consciente de resgate ao tempo perdido. Portanto, dimensionar o futuro se torna ora um atenuante, ora um meio de compensação pelo tempo exigido ao encarceramento. A exemplo disso se pode destacar o caso da brasileira Raila Beatriz, que nutre o sonho de ter uma vida estabilizada com os seus filhos:

“[...] Meu sonho mesmo é me formar, trabalhar e tá numa casinha com os meus filhos, numa vida estabilizada. Meu sonho é ver meus filhos se formando. Quero que eles sejam aquilo que não fui, entendeu? Eu não quero que eles passem o que passei, por isso quero dar o melhor pra eles!” Entrevistada Raila Beatriz: 199 – 199.

Cabe destacar a importância do papel social de género das reclusas entrevistadas, pois, na maioria dos relatos verificou-se uma sobreposição do restabelecimento afetivo com os filhos em detrimento da busca de um trabalho, ou até mesmo a assimilação das exigências e meios necessários para se posicionar como mulher em meio numa sociedade masculinizada como a brasileira. Com efeito, as narrativas dessas brasileiras apontam para uma compreensão específica na qual se revela tanto uma assimilação das dificuldades concernentes à dupla função desempenhada como pai e mãe, como a descoberta (ainda que surgida, extemporaneamente, em ambiente prisional) do lugar ocupado pelos filhos em uma vida, anteriormente, despropositada e sem sentido.

Sob certos aspectos, apesar do carácter privativo que isso significa, se pôde constatar o quanto o encarceramento tem ressignificado, surpreendentemente, a vida destas mulheres, fazendo-as assimilar aquilo que, outrora, não era sequer percebido: desde os seus próprios papéis correspondentes (como trabalhadora, como filha, como mãe e como mulher), até aos meios para reparar – em um futuro próximo – os desvios das próprias trajetórias. Ressalta-se que apenas uma das entrevistadas relatou que o seu futuro dependia da relação afetiva com o namorado. É o caso da brasileira Verônica, que teve uma vida ressignificada ao

encontrar um namorado, mesmo estando na prisão⁵⁹. Sobre as possíveis trajetórias do futuro, destacamos que uma grande parcela das entrevistadas possuem a plena convicção de que a vida foi ressignificada e o recomeço, segundo elas, será como nascer de novo:

“[...] Então, tem muita coisa lá fora, sabe, muita coisa para aprender e passar para as outras pessoas. Mudança de vida é facto! Dar valor as pequenas coisas que antes eu não dava! Isso você pode ter certeza... Quero fazer tudo diferente!” (Entrevistada Mariana: 248 – 248).

Todas as vinte entrevistadas se mostraram arrependidas pelo delito cometido e, apesar dos dissabores experienciados na prisão, relatam que não há momento mais desesperador do que perder a liberdade e, conseqüentemente, ficar longe dos filhos, como pode ser percebido na fala de Anne, “[...] Vou focar na minha filha novamente e nos estudos. Quero concluir o meu curso de direito... Meu sonho atualmente é só a minha liberdade. Eu alcançando a liberdade, o resto são coisas mínimas.” (Entrevistada Anne 193-193). Por outro lado, há narrativas que apontam um certo medo pelo futuro em razão da situação vulnerável que a família se encontra, haja vista, o relato da entrevistada Bianca que teme pela saúde psicológica do filho:

“[...] Eu só quero que ele fique bem, e que eu consiga que ele cresça uma criança normal e que não tenha problemas psicológicos. E que eu consiga ficar sem tomar meus remédios. E que seja da mesma forma como ele diz: **“é eu e você para sempre”**. Cuidar da minha mãe e do meu filho para sempre!” Entrevistada Bianca: 419 – 419.

Mais do que voltar para o seio familiar, o objetivo delas é - antes de tudo - a busca pela estabilidade financeira quando regressarem, pois, na visão delas, foram as dificuldades que a fizeram aceitar o transporte de drogas, “[...] Eu preciso e pretendo fazer a minha casa e morar com os meus filhos. Eu só o que eu quero, mais nada! Eu vim pra cá por causa dessa bendita casa.” (Entrevistada Ágata: 125 – 125).

Os depoimentos das brasileiras ora são repletos de esperanças, ora carregados de uma série velada de receios sobre o que as espera no Brasil, seja na perspectiva de financeira, seja no esforço de reabilitar a confiança perdida pelos familiares e amigos. Entretanto, na maioria das falas, os delineamentos de sonhos e propósitos, até então adormecidos, revigoraram com um esforço de renovada juventude, no que, em alguns casos, se manifestou como um anseio de retorno aos estudos (interrompidos por inúmeras circunstâncias) e concluir assim etapas que ficaram soterradas e inconclusas no passado.

⁵⁹ Há inúmeros casos de reclusas que trocam cartas com reclusos de outros estabelecimentos prisionais. A entrevistada Verônica relatou que se apaixonou e por isso o seu futuro depende do que irá acontecer com ambos, “[...] A minha história depois que sair da prisão tá baseada na minha história com Glaydson, porque se for pra frente, eu vou acabar casando com ele.”

Conclusão

Como se pôde constatar, a crescente inserção da mulher na vida criminosa tem exigido tanto uma compreensão sociológica correspondente, como um tópico crucial para os estudos criminológicos que, desde Lombroso, se enredou em análises tendenciosamente comprometedoras à sua respectiva imagem, tomada com efeito, como imaculada demais para à consecução de actos desviantes. No esforço de reparar um duplo lapso tanto da sociologia criminal, bem como da decorrente necessidade de compreensão dos papéis assumidos pela mulher contemporânea, é que nos voltamos nesta pesquisa à assimilação da prisão desde uma perspectiva de género, o que nos levou a dimensionar o fenómeno sob a ideia composta de *feminino encarcerado*. Especificamente quanto a isso, eis que empreendemos uma pesquisa no Estabelecimento Prisional de Tires com reclusas brasileiras que, suficientemente dispostas a correrem os riscos concernentes ao tráfico internacional de drogas, têm suas trajetórias de vida ressignificadas, ora pela mudança dos papéis maternos francamente assumidos pelas avós, ora pela distância dos elos afectivos e familiares.

Consideradas as razões que as motivaram se pode destacar, com efeito: 1) Uma das causas remotas para explicar o aumento da participação das mulheres brasileiras no crime de tráfico internacional de drogas, decorre das dificuldades de ascensão social, desemprego e eventual expectativa de, por vias ilegais, contornar as situações de vulnerabilidade e hipossuficiência material que, por vezes, acompanham a família em uma espiral retroactiva de limitações de toda ordem; 2) Já em um contexto em que tais mulheres são mães, se pode observar um fator crucial que, incorporando a razão anterior, a amplia em grau de impacto social: o da sobrecarga de papéis assumidos por mulheres que, vindas de relacionamentos conflituosos e abusivos, dobram a sua carga de trabalho para suprir a respectiva ausência paterna; 3) Ademais, outra razão, que acaba por implicar as anteriores, diz respeito ao seguinte fator: as organizações criminosas costumam recrutar mulheres pela maior exposição à fragilidade físico-emocional, contra a qual o emprego de ameaça a familiares próximos, acaba por dissuadi-las de qualquer hesitação, desistência ou eventual denúncia.

Sendo assim, se pôde constatar que uma das razões para a consecução do crime de tráfico internacional de drogas decorreu de uma necessidade material que, como aventado, se agravou desde o instante em que uma sobreposição de papéis (desencadeado pela crise conjugal e abandono paterno) levou tais mulheres tanto a uma busca pelo complemento de renda mensal, como à sujeição aos riscos, dos quais os mais prementes são a informalidade e

o crime.

Ademais, é digno de nota a corroboração da seguinte causa adicional: a de que, recrutando mulheres por intermédio de pessoas próximas, as organizações criminosas sediadas no Brasil (mais especificamente na região sul e sudeste do país) têm primado pelo perfil daquelas que, sem histórico de vida criminal e na condição de rés primárias, são mais suscetíveis às propostas financeiras, tentadoras ao ponto de submetê-las aos maiores riscos. Somado ao facto de que o Brasil ocupa uma posição geopoliticamente estratégica no que diz respeito à distribuição de estupefacientes, dada a sua proximidade com os países produtores e exportadores de drogas; além do facto de ter uma população jovem com média e baixa escolaridade, sem expectativa de estabilidade financeira (suprida pelo acúmulo de trabalhos informais) e famílias fragilizadas por uma série de dramas ainda não reparados, eis a composição não menos alarmante de uma centena de trajetórias de vidas que, separadas pelos pavilhões e celas de Tires, nos dão um quadro panorâmico não apenas da crescente criminalidade feminina, mas igualmente dos dilemas do Brasil contemporâneo.

A despeito das intenções desta pesquisa, colectou-se alguns eixos para uma eventual investigação futura, na qual voltada para reclusas estrangeiras em Portugal, se pautará num tópico específico, a saber: as condições do encarceramento. No tocante a isso, observou-se uma série de queixas, no mais das vezes, unânimes no que diz respeito à discriminação contra brasileiras; falta de assistência por parte do Consulado; morosidade judicial (tendo em vista o facto de que a maioria, estando na preventiva, espera em torno de um semestre pelo julgamento); dificuldades de comunicação com familiares; escassez de ocupação laboral; acesso à assistência médica.

Feitas estas considerações, ressalta-se que, apesar da prisão ser uma instituição indiferente às noções de género, não é sem menos importância o facto de que, como constatado, as mulheres a assimilam de maneira duplamente penalizante, seja no instante em que desconsidera as suas disposições biológicas e orgânicas, seja quando compromete o seu papel de mãe. Apesar disso, como todas foram unânimes em afirmar, não se está aqui suprimindo os atos desviantes e os crimes destas mulheres, mas sim dando e atribuindo as respectivas responsabilidades a seres humanos que institucionalmente se tornam duplamente penalizados.

Referências bibliográficas

- Adler, F. (1975). *Sisters in Crime. The rise of the New Female Criminal*. New York: McGraw-Hill.
- Baratta, A. (1999). O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In C. H. Campos, *Criminologia e Feminismo*. Porto Alegre: Sulina.
- Baratta, A. (2013). *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal*. Rio de Janeiro: Editora Revan.
- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Becker, H. (2008). *Outsiders: estudos de sociologia do desvio* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Becker, H. (1993). *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Clemmer, D. (1940). *The prison community*. New York: Holt.
- Carlen, P. (1983). *Women's Imprisonment. A study in social control*. Londres: Routledge & Kegan Paul.
- Carlen, P. (1987). *Out of Care, Into Custody: dimensions na deconstructions of the State's Regulation of Twenty-Two Young Working Class Women*. In Carlen, P. & Worrall, A. (Eds). *Gender, Crime and Justice*. Buckingham: Open University Press.
- Cunha, M. I. P. (1994). *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa: Cadernos do Centro de Estudos Judiciários.
- Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.
- Cunha, M. (2014). Etnografia da prisão: novas direções. *Configurações*, (13), 47-68.
- Coelho, E. C. (2005). *A Oficina do Diabo: e outros estudos sobre criminalidade*. Rio de Janeiro: Record.
- Carvalho, S. (2015). *Antimanual de Criminologia* (6 ed.). São Paulo: Saraiva.
- Cortina, M.O.C. (2015). Mulheres e o tráfico de drogas: aprisionamento e criminologia feminista. *Revista Estudos Feministas*, 23(3), 761-778.
- Ebo, I.J.S. (2008). *Geopolítica da Droga*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Espinoza, O. (2004). *A mulher encarcerada em face do poder punitivo*. São Paulo: IBCCRIM.
- Foucault, M. (1987). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

Faria, A., & Barros, V. (2001). Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. *Psicologia & Sociedade*, 23(3), 536-544.

Faria, M. J. (2014). *Criminologia: epanortologia - fundamento do direito de punir*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Freyre, G. (2009). *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. São Paulo: É Realizações.

Gonçalves, R. A. (2000). *Delinquência, Crime e Adaptação à Prisão*. Coimbra: Quarteto.

Giddens, A. (2001). *Sociologia* (6 ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Guia, M.J. (2010). *Imigrantes e criminalidade violenta em Portugal: que relação?* Cabo dos Trabalhos, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, nº4.

Guia, M. J. (2014). Quatro em Linha – um jogo de exclusão: imigração, nacionalidade, cidadania e crime violento. In R. Matos, *Género, nacionalidade e reclusão: olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em Portugal* (pp.127-159). Porto: Universidade Católica Editora.

Goffman, E. (1987). *Manicômios, prisões e conventos*. Rio de Janeiro: Perspectiva.

Harding, S. (1993). A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Revista Estudos Feministas*, (v.1, n.1), 7-31.

Disponível em <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>

Heidensohn, F., & Silvestri, M. (2012). Gender and Crime. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner, *The Oxford handbook of criminology* (pp. 336-369). Oxford: Clarendon Press.

Krippendorff, K. (1980). *Contents Analysis: an introduction to its methodology*. California: Sage.

Lombroso, C. & Ferrero, G. (1923). *La Dona Delinquente: la prostituta e la donna normale*. Torino: Fratelli Boca Editori.

Lemgruber, J. (1999). *Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres*. Rio de Janeiro: Forense.

Leal, J. M. P. (2007). *Crime no Feminino: trajetórias delinquentiais de mulheres*. Coimbra: Almedina.

McAdams, D.P. (1995). *The Life Story Interview*.

Disponível em: <https://www.sesp.northwestern.edu/foley/instruments/interview/>

Machado, H. (2008). *Manual de Sociologia do Crime*. Porto: Edições Afrontamento.

Moreira, J. (2014). Aritmética breve em torno dos reclusos estrangeiros. In R. Matos, *Género, nacionalidade e reclusão: olhares cruzados sobre migrações e reclusão feminina em*

Portugal (pp. 183-208). Porto: Universidade Católica Editora.

Ministério da Justiça. (1993). *Decreto-Lei nº 15/93 de 22 de janeiro*. Diário da República, 1ª Série, n.º 18, pp. 234-252.

Ministério da Justiça. (2017). *Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar* (p.120). Lisboa. Disponível em : <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=29dd78f7-d076-4d80-a09b-6b2c94ec09d5> [Acesso em 27 Aug. 2019].

Miranda, J. L. C & Gusmão, H. R. (1999). *Projetos & Monografias*. Niterói: Intertexto.

Matos, R. & Machado, C. (2004). Criminalidade feminina em Portugal: Caracterização das jovens mulheres detidas em estabelecimentos prisionais portugueses. In A.M.C Toscano & S. Godsland (Orgs.), *Mulheres Más: Percepção e Representação da Mulher Transgressora no Mundo Luso- Hispânico* (pp.313-332). Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.

Matos, R. (2006). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas* (Doutoramento). Universidade do Minho.

Matos, R., Barbosa, M., Salgueiro, G., & Machado, C. (2010). *Trajectórias de vida de mulheres estrangeiras nas prisões portuguesas: um estudo sobre criminalidade, violência e relações de género*. Porto: Universidade Católica Portuguesa.

Matos & Machado. (2012). Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspectivas feministas na Criminologia. *Análise Psicológica*, 30 (1-2), 33-47.

Polícia Judiciária. (2017). *Relatório Anual de Estupefacientes - UNCTE*. Retirado de: <https://www.policiajudiciaria.pt/wp-content/uploads/2018/03/Relat%C3%B3rio-ANUAL-2017-vers%C3%A3o-digital.pdf>

Pollak, O. (1950). *The criminality of women*. Philadelphia. University of Pennsylvania Press.

Pierson, D. (1977). *Teoria e Pesquisa em Sociologia*. São Paulo: Melhoramentos.

Pires, C. M. L. (2003). *Manual de Psicopatologia: uma abordagem psicossocial*. Portugal: Editorial Diferença.

Priore, M. D. (2004). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto.

Perrot, M. (2005). *As mulheres ou os silêncios da história*. São Paulo: Edusc.

Pereira, R.H.S. (2007). *O Islã Clássico: itinerários de uma cultura*. São Paulo: Perspectiva.

Rosa, M.V.F.P.C. & Arnoldi, M.A.G.C. (2008). *A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados*. Belo Horizonte: Autêntica.

Raybaut, P. & Clapier-Valladon, J.P.S. (1995). *Histórias de Vida: teoria e prática*. Lisboa: Celta.

Relatório Anual. (2017). Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/> [Acesso em 27 Aug.2019]

Silva, M. B. N. (1993). *Vida Privada e Quotidiano no Brasil na época de D.Maria e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa.

Simon, R. J. (1975). *Women and Crime*. Washington DC: Lexington Books.

Sá, T., Laborinho, Á.L., Caetano, M., Lucas, A.L.Z., & Silva, F. (2001). *Marginalidade, Risco e Delinquência*. Lisboa: Editora Livraria Nova Galáxia.

Saraceno, C. & Naldini, M. (2003). *Sociologia da Família* (2 ed.). Lisboa: Editorial Estampa.

Soares, B.M & Ilgenfritz, I. (2012). *Prisioneiras: vida e violência atrás das grades*. Rio de Janeiro: Garamond.

Sykes, G. (2007). *The society of captives: a study of a maximum security prison*. Princeton: Princeton University Press.

Sykes, G. & Messinger, S.L. (1960). *The Inmate Social System*. In Theoretical Studies in Social Organization of the Prison. New York: Social Science Research Council.

Schouten, M. J. (2011). *Uma Sociologia do Género*. Portugal: Edições Húmus.

Shecaira, S.S. (2008). *Criminologia*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

Santo, P. E. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais: gênese, fundamentos e problemas*. Lisboa :Edições Sílabo.

Smart, C. (1976). *Women, Crime, and Criminology: A Feminist Critique*. London: Roudledge & Kegan Paul.

Torres, A., Gomes, M. C. (2002). *Drogas e Prisão em Portugal*. Lisboa: Instituto Português da Droga e Toxicodependência.

Zaluar, A. (2004). *Integração Perversa pobreza e tráfico de drogas*. Editora FGV.

Anexos

Data de recolha de dados:
N^a interno da reclusa:
Estabelecimento Prisional:
Data da entrada no E.P:

Questionário Sociodemográfico

1. Data de nascimento: ____/____/____ Idade: _____
2. Você nasceu em qual Estado do Brasil? _____
3. Qual é o seu estado civil?
Solteira____ União estável____ Casada____ Viúva____ Divorciada____
4. Você tem filhos? ____ Quantos? ____ Idade _____
5. Qual é a sua instrução escolar? _____
6. Você trabalhava no Brasil? Sim ____ Não ____
 - 6.1 Se a resposta for Sim:
Que profissão exercia? _____
Há quanto tempo? _____
 - 6.2 Se a resposta for Não:
Alguma vez já trabalhou? _____
Em que atividade? _____

Obrigada pela colaboração!

Guião de *Feminino encarcerado: uma análise sobre as trajetórias de vida das reclusas brasileiras no Estabelecimento Prisional de Tires* (adaptado de Matos, Machado, Barbosa & Salgueiro, 2010; McAdams, 2000 *apud* Matos, 2006)

Meu nome é Glaucia Lindoso Sarges, sou aluna do Mestrado em Sociologia do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Estou desenvolvendo um trabalho de investigação sobre as trajetórias de vida (familiar, social, profissional, reclusão e perspetivas pós-confinamento) das reclusas brasileiras no Estabelecimento Prisional de Tires. Ressalto que todas as informações contidas neste guião são confidenciais, de modo que os dados serão tratados apenas para finalidade académica. Desde já agradeço a vossa compreensão e colaboração.

❖ *Para começarmos, gostaria de fazer a seguinte pergunta: se lhe fosse dada a oportunidade de escolher um nome para si mesma, qual seria?*

Trajetória de vida - Passado (estrutura de agregado, filhos, dinâmicas relacionais e laborais)

1. Como era a sua vida no Brasil antes de ser presa em Portugal? O que fazia? Com quem vivia?
2. Como foi a sua vida escolar? Você gostava? Interrompeu ? Porquê?
3. Com quantos anos você começou a trabalhar? Em que? Por que deixou de trabalhar?
4. Como você definiria a sua situação económica ao longo da sua vida? (possíveis dificuldades).
5. Como é a sua relação com os seus elos afetivos (pais, filhos, avós, cônjuge, amigos etc.) ? O que modificou dada a distância?
6. Com quem estão o(s) seu(s) filho(s)?
7. Como é ser mãe, estando presa? (*perceber como se sente em ser mãe neste contexto*)
8. Como você descreveria a sua relação atual com o(s) seu(s) filho(s)?

Trajetória de vida – Presente (*lembranças do momento mais marcante relacionada à reclusão, sentimentos e significados no contexto mais geral da trajetória de vida*).

9. Em quais circunstâncias você foi presa? E qual razão de ter sido presa?
10. Pode por favor, descrever-me o momento em que foi presa? O que aconteceu? Com quem estava? O que fazia? Como reagiram as pessoas à sua volta?
11. Como foi o seu envolvimento com o tráfico de drogas? (*perceber as circunstâncias que a levaram a ter sido correio de drogas*)
12. Fale um pouco sobre como tem sido a sua rotina neste estabelecimento prisional?
13. Você tem acesso a itens de higiene pessoal?
14. Como é o seu convívio com as outras reclusas?
15. Você sente dificuldades estando presa e sendo brasileira? Se existe, quais são as dificuldades?
16. Para você, o que é ser mulher, mãe, brasileira, presa em Portugal?
17. Na hipótese de já ter sido presa, o que diferencia ter sido no Brasil e agora em Portugal?
18. Na sua opinião, a vida na prisão é mais difícil para as mulheres ou para homens? Porquê?
19. Você recebe visitas? Se não, você já manteve/mantém contato com a sua família (pais, filhos, avós, cônjuge, amigos) e por qual razão não vem visitá-la? Se sim, com qual frequência você mantém contato com eles?
20. O que é mais difícil para os seus familiares nessa situação?

Trajetória de vida - Futuro

O que pensa em fazer após a reclusão? Quais os seus sonhos?

ANEXO 2 – Declaração de Consentimento

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Título da dissertação:

“O feminino encarcerado: uma análise sobre as trajetórias de vida das reclusas brasileiras no estabelecimento prisional de Tires.”

Eu, abaixo assinado, (nome completo do participante no estudo).....

.....,

compreendi a explicação que me foi fornecida acerca da participação na investigação que se objetiva realizar, bem como do estudo a ser incluído. Foi-me dada oportunidade de fazer perguntas que julguei necessárias, e de todas obtive resposta satisfatória.

Tomei conhecimento de que a informação que me foi prestada abordou os objetivos e os métodos. Além disso, me foi afirmado que tenho o direito de recusar a todo o tempo a minha participação no estudo, sem que isso possa ter como efeito qualquer prejuízo pessoal.

Além disso, foi-me assegurado que os registros em suporte e/ou digital (sonoro) serão confidenciais e utilizados única e exclusivamente para o estudo em causa, sendo guardados em local seguro durante a pesquisa e destruídos após a sua conclusão.

Por isso, consinto em participar da presente pesquisa.

Data: ____/____/20____

Assinatura da participante no projeto : _____

O Investigador responsável:

Nome:

Assinatura:

ANEXO 3 – Autorização para Pesquisa



Exmo(a) Senhor(a)

Dra. Gláucia Lindoso Sarges

glacialindoso@yahoo.com.br

V/ referência

N/ referência

Ofício N.º
65/DSOPRE

Data
05.04.2019

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Sociologia pelo ISCSP

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Rómulo Mateus, datado de 05/04/2019, foi autorizada a realizar a investigação académica nos Estabelecimentos Prisionais de Odemira e Tires.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

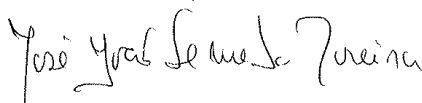
- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Estabelecimento Prisional, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas para, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação, o mesmo se passando relativamente a gravação áudio das entrevistas;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1131-001 Lisboa

Considerando o número de investigações académicas, atualmente a decorrer em estabelecimentos prisionais, alerta-se para a possibilidade de a direção dos estabelecimentos prisionais poder vir a calendarizar a investigação para um momento mais oportuno.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços


J Semedo Moreira

ML/2019

ANEXO 4- Grelha de Codificação

A. Trajetória de vidas no passado		
A. Vida Pré-Prisão	A.1.1. Estável A.1.2. Instável	
A.2. Agregado Familiar	A.2.1. Residência A.2.2. Momentos positivos	A.2.1.1. Residia com os filhos A.2.1.2. Residia sozinha sem os filhos A.2.1.3. Residia com a família e os filhos A.2.1.4. Residia com a família A.2.1.5. Residia com o companheiro e os filhos
	A.2.3. Experiência traumática	A.2.3.1. Violência doméstica A.2.3.2. Falecimento A.2.3.3. Abandono paterno A.2.3.4. Separação do cônjuge A.2.3.5. Doença A.2.3.6. Consumo de drogas A.2.3.7. Homofobia
A.3. Percurso Escolar	A.3.1. Experiência Positiva A.3.2. Experiência negativa A.3.3. Interrupção A.3.4. Perspectiva de retomar os estudos	A.3.3.1. Gravidez A.3.3.2. Trabalho A.3.3.3. Dificuldades financeiras A.3.3.4. Ausência de incentivo A.3.3.5. Não interrompeu
A.4. Funções Laborais	A.4.1. Desempregada A.4.2. Nunca trabalhou	A.4.1.1. Falecimento do companheiro A.4.1.2. Gravidez A.4.1.3. Falência da empresa A.4.1.4. Doença na família A.4.1.5. Demissão A.4.1.6. Abuso sexual A.4.1.7. Dívidas A.4.1.8. Assédio Sexual A.4.1.9. Viagem
	A.4.3. Atividades	A.4.3.1. Vendas A.4.3.2. Esteticista A.4.3.3. Operadora de caixa A.4.3.4. Serviços Gerais A.4.3.5. Cozinha A.4.3.6. Secretária

		A.4.3.7. Motorista A.4.3.8. Docência A.4.3.9. Telemarketing
	A.4.4. Prostituição	
A.5. Situação Econômica	A.5.1. Estável A.5.2. Instável	
B. Trajetórias de vida no Presente		
B.1. Correio de drogas	B.1.2. Modalidade no transporte de drogas	B.1.2.1. Mala B.1.2.2. Dissimuladas no corpo B.1.2.3. Cápsulas no organismo B.1.2.4. Partes íntimas
	B.1.3. Circunstâncias do envolvimento com o tráfico de drogas	B.1.3.1. Não teve envolvimento B.1.3.2. Proposta feita por amigos B.1.3.3. Proposta feita por conhecido B.1.3.4. Proposta feita por agiota
	B.1.4. Motivações	B.1.4.1. Necessidade financeira B.1.4.2. Enganada B.1.4.3. Ostentação B.1.4.4. Dívidas
B.2. Momento da Prisão	B.2.1. Presa no Aeroporto B.2.2. Presa no Hotel B.2.3. Não tinha conhecimento da droga	B.2.1.1. Experiência positiva com a PJ B.2.1.2. Experiência negativa com a PJ B.2.1.3. Presença do filho
	B.3.1. Rotina no E.P	B.3.1.1. Experiência negativa B.3.1.2. Experiência positiva B.3.1.3. Não possui atividades laborais B.3.1.4. Possui atividades laborais B.3.1.5. Dificuldades de adaptação alimentar B.3.1.6. Dependência farmacológica B.3.1.7. Oficina B.3.1.8. Atividade física B.3.1.9. Leitura
	B.3.2. Assistência básica	B.3.2.1 Recebe esporadicamente B.3.2.2.Não recebe B.3.2.3. Dificuldades na assistência B.3.2.4. Recebe assistência L.3.2.5. Solidariedade entre as reclusas L.3.2.6. Compra dos itens básicos na cantina
		B.3.3.1. Convívio conflituoso B.3.3.2. Convívio positivo

B.3 Contexto Prisional	B.3.3. Convívio com as reclusas		B.3.3.3. Pouco convívio B.3.3.4. Preconceito	
	B.3.4. Relação com o staff prisional		B.3.4.1. Experiência positiva com os guardas prisionais B.3.4.2. Experiência negativa com os guardas prisionais	
	B.3.5. Contato com a família		B.3.5.1. Dificuldade para os familiares B.3.5.2. Contato esporádico B.3.5.3. Contato Frequente B.3.5.4. Não possui contato	B.3.5.1.1. Financeira B.3.5.1.2. Apoio Jurídico B.3.5.1.3. Abrandamento da situação prisional B.3.5.1.4. Distância Física B.3.5.1.5. Ausência de dificuldades B.3.5.1.6. Recusa à figura paterna B.3.5.1.7. Total
	B.3.6. Ser presa e brasileira na prisão	B.3.6.1. Experiência Negativa	B.3.6.1.1. Dificuldades de comunicação B.3.6.1.2. Falta de assistência do Consulado Brasileiro B.3.6.1.3. Problemas de adaptação prisional B.3.6.1.4. Dificuldades de ser estrangeira B.3.6.1.5. Discriminação B.3.6.1.6. Distância familiar	
	B.3.6.2. Experiência Positiva		B.3.6.2.1. Ressignificação B.3.6.2.2. Maternidade na prisão	
	B.3.7. Diferenças entre a prisões masculina e feminina		B.3.7.1. A prisão é mais difícil para as mulheres	B.3.7.1.1. Sobreposição do papel materno B.3.7.1.2. Condição Feminina B.3.7.1.3.

			Benefício masculino nas prisões
		B.3.7.2. A prisão é mais difícil para os homens B.3.7.2.1. Ambos	B.3.7.2.1. Violência
B.4. Ser mãe na Prisão	B.4.1. Dentro da Prisão	B.4.1.1. Experiência positiva da maternidade B.4.1.2. Condições da Casa das Mães	
	B.4.2. Fora da Prisão	B.4.2.1. Experiência negativa B.4.2.2. Mudança na estrutura familiar B.4.2.3. Arrependimento	
	B.4.3. Relação com os elos afetivos	B.4.3.1. Estável B.4.3.2. Sem contato B.4.3.3. Não assimilação do encarceramento B.4.3.4. Prevaricação da administração prisional	
C. Trajetórias de vida no Futuro			
C.1. Perspectivas Futuras após a reclusão	C.1.1 Reestabelecer os elos afetivos com os filhos e familiares C.1.2. Estabilidade Financeira C.1.3. Mudança de vida C.1.4. Retomar os estudos C.1.5. Desejo de aceitação da orientação sexual C.1.6. Ser feliz C.1.7. Ter uma casa C.1.8. Cirurgia plástica C.1.9. Viajar		

ANEXO 5- Nuvem de Palavras (MaxQDA)

